1 **ATA DA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2025,**
2 **CORRESPONDENTE AO PRIMEIRO ANO DA LEGISLATURA 2025-2028,**
3 **REALIZADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE NO DIA**
4 **02 DE ABRIL DE 2025.**

5 Dia dois (02) do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), no prédio-sede da Câmara
6 Municipal, situado na Rua Otaviano Augusto de Araújo n°. 42, Centro, nesta cidade de Serra Negra
7 do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, às 8h 36min (oito horas e trinta e seis minutos), realizou-
8 se a Oitava Sessão Ordinária do Exercício de 2025, presidida e secretariada, respectivamente pelos
9 Vereadores **JAIRO SOARES FLAUZINO** (Presidente) e **VANIA FERNANDES DE**
10 **MEDEIROS** (1º Secretária), registrando a presença dos Vereadores **ANA KARINNE ARAÚJO**
11 **DA NOBREGA, CARLOS EDUARDO JOB GOMES, ERALDO ALVES DE ARAÚJO,**
12 **FRANCISCO INÁCIO NETO, JAIRO SOARES FLAUZINO, JOSÉ DE ARIMATÉIA DE**
13 **ARAÚJO, JOSÉ ROBERTO GARCIA DE ARAÚJO, STENIO GOMES ARAÚJO, VANIA**
14 **FERNANDES DE MEDEIROS.** Em seguida a realização da chamada dos vereadores e
15 constatação de Quórum Regimental, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão, iniciado o
16 EXPEDIENTE, consultou o plenário quanto à dispensa da leitura da Ata da Sétima Sessão
17 Ordinária, o que foi acatado por todos e nada havendo a ser discutido, após votação, foi aprovada
18 por unanimidade dos presentes. Na sequência, o Sr. Presidente solicitou que a 1º Secretária da
19 Mesa fizesse a leitura de papéis e correspondências recebidas. Após, o Sr. Presidente conforme
20 requerimento verbal aprovado na Sexta Sessão Ordinária, suspende a sessão e dá início a
21 **AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI 07/2025 QUE**
22 **AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER A DOAÇÃO DE**
23 **ÁREA PÚBLICA PARA EDIFICAÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS E DÁ**
24 **OUTRAS PROVIDÊNCIAS,** foram convidados o **SR. ACÁCIO SÂNZIO – Prefeito**
25 **Municipal,** o **SR. JOSÉ XAVIER – Secretário De Trabalho, Habitação E Assistência Social,**
26 o **SR. IGOR BEZERRA - Secretário De Infraestrutura E Serviços Públicos,** o **SR**
27 **BERNARDO CAVALCANTE – Secretário De Desenvolvimento Econômico,** o **SR.**
28 **AUGUSTO MAIA – Procurador Jurídico Do Município,** a **CAIXA ECONÔMICA**
29 **FEDERAL** e o **MINISTÉRIO PÚBLICO.** Após, convocou para compor a Mesa o Secretário de
30 Infraestrutura, Igor Bezerra e o Vice-Prefeito, Evanildo Rosa, e justificou a ausência da Caixa
31 Econômica Federal e do Ministério Público. Em seguida, passou a palavra, aos vereadores e
32 convidados da Mesa. **IGOR BEZERRA - Secretário De Infraestrutura,** questiona se as
33 perguntas serão direcionadas ou abertas. O Ver. **JAIRO FLAUZINO** responde ser interessante
34 perguntas direcionadas, e caso seja uma pergunta aberta alguém poderá manifestar-se para
35 responder, e se nenhum responder o vereador se dispôs a responder da melhor forma possível. O
36 Ver. **ERALDO ALVES** cumprimenta as colegas vereadoras, os colegas vereadores, cumprimenta
37 o vice-prefeito Evanildo, que também foi vereador dessa casa, cumprimenta o representante do
38 poder público neste ato, o secretário Igor Bezerra, que também já foi vereador dessa casa.
39 Cumprimenta todas as autoridades presentes, secretários, procuradores, funcionários, público em
40 geral e aqueles que acompanham pelas redes sociais. Inicialmente, deixa claro e sugere facilitar o
41 debate para que todos possam se ater especificamente ao objeto da audiência pública, destacando
42 especialmente o Projeto de Lei 07/2025. O vereador faz questão de ler o primeiro artigo para
43 registro, citando: "O projeto de lei autoriza o poder executivo municipal a promover a doação de
44 área pública para edificação de unidades habitacionais e dá outras providências. O Prefeito
45 Municipal de Serra Negra do Norte, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara
46 Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei: artigo primeiro: fica o poder executivo municipal
47 autorizado a promover a doação de área pública registrada sob o número quinze catorze, ficha um
48 do livro dois, registro geral no cartório de registro de imóveis de Serra Negra do Norte, com área
49 total de sessenta e um mil, cento e quarenta e quatro metros quadrados, perímetro de mil e cinco
50 metros, em favor da pessoa jurídica vencedora do processo de chamamento público promovido

51 pelo município para fins de construção de unidades habitacionais subsidiadas pelo programa
52 Minha Casa Minha Vida do Governo Federal". Complementa que, conforme o parágrafo primeiro,
53 o imóvel será dividido em onze lotes, quadras com duzentos lotes destinados exclusivamente à
54 construção de unidades habitacionais por meio de financiamento habitacional com recursos do
55 Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Explica que mencionou o artigo para destacar
56 a importância de se ater ao objeto específico do projeto em discussão, que é a aprovação pela
57 Câmara Municipal do terreno com duzentos lotes para construção dessas casas. Recorda que a
58 Câmara já havia aprovado anteriormente um projeto doando uma área para construção de cento e
59 setenta e duas casas. No entanto, quando esse projeto chegou à Caixa Econômica e a instituição
60 foi realizar a vistoria final, os engenheiros e técnicos indeferem o local, por conta da existência de
61 um riacho — embora tenham outro nome técnico para isso. Em razão desse impedimento e visando
62 dar andamento e agilidade à construção das casas, a nova gestão decide, ao invés de executar uma
63 obra de canal ou galeria — que não é simples, barata nem rápida —, deslocar o projeto para outro
64 terreno, o qual está agora em pauta. Esse novo terreno, inclusive, permite a construção de duzentas
65 unidades habitacionais. O vereador lembra que, se fosse tratado ainda da resolução do ano anterior,
66 a qual estabelece critérios sobre quem pode ou não ser contemplado, se é da Caixa ou do
67 Município, e também considera que já existe um conselho gestor. Menciona que já há uma lei
68 número oitocentos e setenta e cinco de dois mil e vinte e quatro, que autoriza o Executivo a doar
69 o terreno, mas que não especificava os lotes e registros do local, sendo que agora há mais
70 transparência. Há também a lei número oitocentos e setenta e oito de dois mil e vinte e quatro, que
71 cria o complexo industrial, e a portaria da habitação, que conta com a presença do Poder
72 Legislativo. Ele destaca que a Comissão de Finanças e Infraestrutura, presidida pelo vereador
73 Tiago, com os colegas Stenio e ele próprio, se reúne nesta semana logo cedo, como obrigação da
74 comissão. Fazem contato com o Poder Executivo, que prontamente envia o senhor Urbano —
75 pessoa com ampla experiência junto à Caixa e representante de uma das empresas candidatas no
76 chamamento público. Urbano apresenta todos os projetos prontos, acompanha a visita in loco ao
77 novo terreno e contribui com esclarecimentos técnicos na volta à Câmara. Diante disso, o vereador
78 Eraldo afirma que, até o momento, a Casa Legislativa sempre aprova todos os projetos
79 relacionados à construção de casas próprias, e acredita que esse também será aprovado. Explica
80 que o único impedimento recente se deu por conta da urgência, sendo necessário um tempo para
81 os vereadores estudarem melhor, ouvirem as empresas, visitarem o local e produzirem os pareceres
82 antes da votação. Acrescenta que a audiência pública é proposta na última discussão do projeto,
83 de forma legítima, sendo agora a oportunidade de a população tirar dúvidas e compreender
84 especialmente a razão da mudança de local e o número de casas a serem construídas. Pede que o
85 debate se concentre na pauta do projeto, que é exclusivamente a mudança de terreno, para que não
86 se estenda a outros assuntos que tomariam o dia todo sem solução prática. Comenta que conversa
87 com o presidente e outros vereadores, e afirma estar convicto de que o projeto será aprovado na
88 próxima semana. Após essa aprovação, acredita que a Caixa Econômica poderá vir à Câmara
89 discutir questões como entrada e critérios, em momento oportuno. Reforça que não é conveniente
90 discutir esses pontos agora, pois a audiência trata especificamente do projeto número zero sete de
91 dois mil e vinte e cinco. Ressalta sua satisfação ao ver a Casa cheia, pois se trata de um projeto
92 muito importante e de interesse público, e toda a população de Serra Negra do Norte sabe da
93 necessidade da construção de mais casas. Conclui que é o momento de união entre Legislativo,
94 Executivo e população para alcançar o objetivo da doação deste terreno. Informa que, conforme
95 mencionado aos vereadores, a empresa tem condições de iniciar a execução das casas em sessenta
96 ou noventa dias. Por fim, diz que permanece à disposição de todos. O vereador **FRANCISCO**
97 **INÁCIO (JUNIOR INÁCIO)** dá seu bom dia a todos os presentes e aos que acompanham pelas
98 redes sociais, desejando uma quarta-feira de bênçãos. Em suas palavras, compartilha uma reflexão
99 que teve com seu pai, afirmando que “condenar um réu sem prova é o mesmo que sentenciar uma
100 mãe de família, um pai de família, a ter seu sonho interrompido”. Desde já, declara apoio favorável
101 ao projeto, assegurando que tanto ele quanto os demais colegas vereadores, assim como o prefeito

102 Acácio Brito, estão empenhados na realização do sonho da moradia para os presentes. Afirma com
103 convicção que todos ali têm um propósito comum: conquistar uma casa. Reconhece que muitos já
104 possuem suas residências, mas pensam também nos que ainda não têm onde morar. Ressalta que
105 a moradia é um bem essencial, acima de qualquer coisa, e que, por isso, posiciona-se de imediato
106 de forma favorável ao projeto. Menciona conhecer bem a área envolvida, inclusive citando o riacho
107 em frente à casa de Poliana. Aponta que, se fosse necessário fazer uma galeria ali, o processo
108 levaria mais de um ano e custaria mais de dois milhões de reais, o que paralisaria a cidade. Ressalta
109 que, ao acompanhar o levantamento feito por Urbano, identificou que outro canal poderia ser
110 resolvido por um valor em torno de cinquenta mil reais, ao contrário da galeria maior, que exigiria
111 um investimento muito mais alto, inclusive com construções similares a pontes para passagem de
112 veículos. Destaca que o município precisa com urgência de moradias, como mostra o movimento
113 das pessoas ali presentes, e questiona quem não gostaria de ter sua própria casa. Argumenta que,
114 se os presentes conseguem pagar aluguel, também têm condições de pagar por uma casa própria,
115 pois o dinheiro do aluguel é sempre investido em algo que permanece com outra pessoa, ao passo
116 que o financiamento da própria casa é um investimento pessoal. Esclarece a polêmica em torno
117 dos valores, afirmando que não se trata de trinta mil reais, mas sim de trinta por cento do valor do
118 terreno. Informa que o valor do terreno, de dezoito mil a vinte mil reais, será descontado das
119 parcelas, o que facilitará bastante o acesso à moradia. Conclui reforçando que o projeto, com a
120 graça de Deus, será aprovado naquela Casa Legislativa. Agradece a cada presente e reafirma o
121 compromisso de apoio do vereador Júnior Inácio. A vereadora **VANIA FERNANDES** inicia sua
122 fala saudando os colegas vereadores, o presidente da sessão, o vice-prefeito Evanildo, o secretário
123 Igor Bezerra e toda a população presente e que acompanha pelos meios digitais. Afirma que a
124 presença da população é motivo de alegria, pois demonstra que a sociedade está acompanhando
125 os trabalhos do Legislativo e se informando sobre o que realmente ocorre na Câmara Municipal
126 de Serra Negra do Norte. Ressalta que a audiência pública se fez necessária diante da chegada do
127 Projeto de Lei nº 07/2025 em regime de urgência. Informa que os vereadores entenderam ser
128 preciso estudar e se aprofundar mais na proposta, uma vez que se trata de um projeto de interesse
129 direto da população. Recorda que, na legislatura anterior, a previsão das cento e setenta e duas
130 casas já havia sido aprovada, por meio de um projeto que previa sua construção com apoio da
131 Caixa Econômica Federal. Contudo, houve uma mudança no projeto, o que exigia maior análise
132 por parte dos vereadores e participação da população. Explica que os vereadores acharam injusto
133 votar o projeto sem que a população tivesse pleno conhecimento sobre ele. Cita como exemplo o
134 líder da situação, vereador Eraldo, que solicitou vista ao pedido de urgência, pois também
135 considerou necessária uma análise mais profunda. Relata que a área em questão foi desapropriada
136 justamente para a construção de moradias, uma vez que o município de Serra Negra do Norte não
137 dispunha de terrenos adequados. Aponta que mesmo que alguém tivesse recursos para comprar ou
138 construir uma casa, não havia terrenos disponíveis. Recorda que os vereadores aprovaram
139 anteriormente a venda de terrenos que existiam dispersos pela cidade, para viabilizar a aquisição
140 de uma área maior, como os vinte e dois hectares destinados tanto à construção de moradias quanto
141 ao Distrito Industrial voltado ao setor boneleiro, setor esse que atualmente gera renda e
142 oportunidades à população. Ressalta que, como já havia a previsão das cento e setenta e duas casas,
143 e considerando as alterações que surgiram, os vereadores entenderam que a população precisava
144 estar esclarecida. Reitera que a audiência foi justamente para abrir espaço para perguntas,
145 esclarecimentos e participação popular. Diz acreditar que, mesmo que ela não saiba responder
146 alguma pergunta, certamente algum outro presente saberá, e que todos precisam estar informados.
147 Conclui dizendo ser um prazer estar ali presente com a população. O vereador **CARLOS**
148 **EDUARDO (TIAGO)** inicia cumprimentando o senhor presidente da Câmara, as colegas
149 vereadoras, os colegas vereadores, o vice-prefeito Evanildo, o secretário Igor, os demais
150 secretários presentes, os funcionários da Casa e a população que acompanha a sessão
151 presencialmente e pelas redes sociais da Câmara Municipal. Esclarece, de início, que em nenhum
152 momento foi contra a construção de casas, tampouco o é naquele momento. Ressalta, contudo, que

153 após a chegada do projeto à Câmara, surgiram dúvidas que precisavam ser esclarecidas. Relata
154 que, em reunião com o engenheiro Urbano naquela semana, ficou surpreso ao saber que,
155 diferentemente de projetos anteriores, o município não entraria com pavimentação e saneamento
156 básico como contrapartida, o que poderia reduzir consideravelmente o valor das moradias.
157 Menciona que, em projetos anteriores, o prefeito havia se comprometido a realizar esses serviços
158 para baratear o valor das casas, incluindo o desconto do terreno. Afirma que a expectativa era de
159 uma redução significativa no custo das moradias. Contudo, o engenheiro esclareceu que tudo
160 ficaria sob responsabilidade da empresa executora e da Caixa Econômica Federal, sendo
161 descontado apenas o valor do terreno, entre quinze mil e dezoito mil reais. Questiona como se
162 chegou a um valor tão baixo para os terrenos, tendo em vista os preços praticados em Serra Negra.
163 Reforça, no entanto, que reconhece ser a Caixa quem define esses critérios. Destaca ainda a vazão
164 de água do canal nas proximidades de Leca. Relata que visitou o local com o vereador Eraldo, e
165 que o engenheiro, à época, declarou não ter conhecimento de um córrego localizado na parte
166 superior do terreno, o que causou surpresa. Afirma que o engenheiro, naquele momento,
167 comprometeu-se com a responsabilidade de executar o canal, isentando o município desse encargo.
168 Reforça que essas questões geraram dúvidas legítimas. Lembra que o vereador Eraldo, da bancada
169 do prefeito, foi quem pediu vista ao projeto em regime de urgência, demonstrando que até mesmo
170 a base do Executivo desejava analisar melhor a proposta. Assim como os demais vereadores,
171 afirma que sua intenção era compreender todo o projeto antes da votação. Conclui dizendo que
172 participou da audiência com o intuito de ouvir o povo, ressaltando a importância de escutar a
173 população antes da elaboração dos pareceres pelas comissões e da posterior votação do projeto,
174 que considera de suma importância para o município de Serra Negra do Norte. A vereadora
175 **VANIA FERNANDES** faz um complemento à fala do vereador Tiago, tratando especificamente
176 do canal mencionado. Agradece o convite feito pela Comissão de Infraestrutura, composta pelos
177 vereadores Eraldo, Stenio e Tiago, para visitar o local junto com o engenheiro responsável pelo
178 projeto. Relata que, durante a visita, o engenheiro afirmou desconhecer a existência de um canal
179 no novo terreno destinado à construção das casas. Informa que solicitou ao engenheiro que
180 mostrasse o projeto incluindo o canal, mas ele respondeu que realmente não sabia da existência
181 daquele curso d'água. Diante disso, o engenheiro afirmou que faria a readequação do projeto para
182 incluir o novo canal na área de construção. A vereadora destaca que esse fato reforça ainda mais a
183 necessidade do pedido de vista apresentado pelo vereador Eraldo e, conseqüentemente, da não
184 aprovação imediata do projeto em regime de urgência. Defende que, se o projeto tivesse sido
185 votado com urgência naquele momento, a existência do canal só seria descoberta posteriormente,
186 quando talvez já não houvesse mais tempo para modificações, o que poderia causar um problema
187 muito maior. Aponta ainda mudanças importantes no projeto em comparação com o anterior.
188 Explica que, antes, a doação dos terrenos pela prefeitura possibilitava a dedução de cerca de
189 quarenta por cento no valor das casas. No entanto, atualmente, o engenheiro informou que o valor
190 deduzido seria bem menor, entre quinze mil e vinte mil reais, sendo esse valor considerado como
191 entrada. Afirma que isso resultaria em um aumento significativo no valor final das moradias,
192 dificultando o acesso de pessoas com menor poder aquisitivo. Expressa preocupação com a
193 possibilidade de que famílias em situação de vulnerabilidade fiquem impossibilitadas de arcar com
194 os custos e, por isso, sejam excluídas do benefício. Conclui que é necessário estudar com atenção
195 para evitar que a população mais necessitada seja prejudicada por decisões precipitadas. O
196 vereador **JOSÉ DE ARIMATÉIA (NÊGO DE ERIBERTO)** inicia sua fala cumprimentando o
197 senhor presidente, os colegas vereadores, o público presente, o vice-prefeito e o secretário Igor
198 Bezerra. Agradece a todos que compareceram à audiência pública, destacando a importância do
199 momento para esclarecer informações e combater notícias falsas que circulam pela cidade.
200 Esclarece que em nenhum momento se manifestou contra a construção de casas populares no
201 município. Pelo contrário, informa que já tomou medidas concretas para ampliar a oferta de
202 moradias a quem mais precisa. Relata que esteve em reunião com o prefeito Acácio Brito tratando
203 de outros assuntos e, na ocasião, mencionou sua intenção de ir a Brasília para solicitar a ampliação

204 do número de casas. Informa que o prefeito lhe disse que o déficit habitacional em Serra Negra do
205 Norte é de seiscentas unidades, número superior ao que imaginava. O vereador menciona o envio
206 do Ofício nº 010/2025 ao ministro das Cidades, Jader Filho, solicitando a ampliação do programa
207 “Minha Casa Minha Vida” para mais de quatrocentas unidades habitacionais no município. Relata
208 que o ofício já foi protocolado, que recebeu resposta e que tem viagem marcada para Brasília no
209 dia vinte e um para reforçar pessoalmente o pedido. Ressalta que não é, portanto, contrário à
210 construção de casas, mas sim contrário à forma como a urgência foi apresentada sem o devido
211 estudo. Afirma que seu objetivo é garantir um projeto que realmente beneficie quem mais precisa.
212 Ressalta que muitas pessoas acreditam erroneamente que essas casas são gratuitas, quando na
213 verdade são financiadas pela Caixa Econômica Federal. Informa que participou, ao lado do
214 presidente Jairo e da vereadora Ana Karinne, de uma reunião com o superintendente da Caixa, que
215 foi categórico ao afirmar que “aqui na Caixa não tem esse negócio de duzentas casas não; se tiver
216 terreno para mil casas, faremos mil casas”. Esclarece que, segundo a Caixa, ainda não existe
217 projeto aprovado e que a instituição só poderia enviar um representante à audiência pública após
218 a aprovação do projeto. Reitera que a desinformação está sendo usada para atacar os vereadores,
219 especialmente acusando-os de serem contra as casas. Informa que solicitou à Caixa uma simulação
220 de financiamento, onde se constatou que o terreno, anteriormente avaliado em quarenta mil reais,
221 agora está avaliado em dezoito mil reais. Explica que a diferença de vinte e dois mil reais se deve
222 ao fato de que, anteriormente, a prefeitura arcaria com infraestrutura como calçamento e
223 iluminação, o que não ocorre mais. Alerta que a Caixa financia apenas oitenta por cento do valor
224 das moradias, sendo os vinte por cento restantes de responsabilidade do beneficiário, por meio de
225 subsídio, valor do terreno ou entrada financeira. Ressalta que o valor da prestação pode variar
226 conforme o perfil e a renda de cada pessoa, podendo ir de oitocentos e trinta e cinco reais até
227 valores mais baixos ou mais altos, com entradas entre cinco mil e dez mil reais, dependendo da
228 renda familiar. Relata que questionou o engenheiro responsável sobre o prazo de entrega das casas.
229 Inicialmente, o engenheiro afirmou que concluiria as obras em um ano, mas ao ser pressionado,
230 alterou sua previsão para dezoito meses. Considera esse tipo de mudança como sinal de
231 insegurança do profissional e pede responsabilidade na condução do projeto. Comenta ainda que,
232 em relação ao canal mencionado por outros vereadores, houve divergências sobre o valor da obra,
233 variando entre um milhão e seis milhões de reais, sendo este último valor declarado pelo próprio
234 engenheiro. Critica a irresponsabilidade de aprovar documentos sem estudo adequado, afirmando
235 que os vereadores precisam assinar projetos com consciência, pois futuramente poderão ser
236 responsabilizados por decisões precipitadas. Reforça que nunca foi contra as casas, e sim a favor
237 de um projeto bem estruturado. Comenta que, em reunião com o engenheiro, este afirmou
238 inicialmente que a água passaria por cima do solo, mas após argumentação dos vereadores,
239 comprometeu-se a construir uma galeria subterrânea, o que teria um custo barato. Questiona o
240 desconto oferecido nos terrenos, apontando que os vinte e dois mil reais que deixaram de ser
241 abatidos agora serão somados ao custo das casas. Finaliza ressaltando que é necessário esclarecer
242 todos esses pontos à população, reafirma que não é contra as casas, e reforça seu compromisso
243 como vereador. Diz que se alguém não concorda com sua postura, que se candidate e venha ser
244 vereadora também. O vereador **JAIRO FLAUZINO**, intervém solicitando ordem no plenário.
245 Pede encarecidamente que os presentes evitem comentários e interrupções durante as falas,
246 reconhecendo a emoção e a vontade de se expressar de todos, mas explicando que haverá um
247 momento adequado para isso. Informa que quem desejar fazer perguntas pode procurar Geovani,
248 que está responsável por registrar os nomes dos interessados. Esclarece que cada pessoa poderá
249 direcionar sua pergunta a qualquer um dos presentes na bancada ou a todos os vereadores,
250 conforme desejar. Reforça que, se houver interrupções constantes, os parlamentares e demais
251 oradores terão que solicitar a ordem repetidamente, o que atrasará a audiência e poderá cansar os
252 presentes. Defende que, quanto mais objetiva e ordenada for a condução da audiência, mais eficaz
253 será a transmissão das informações à população. O vereador **ERALDO ALVES** solicita a palavra
254 durante a fala do vereador Nêgo, com o intuito de esclarecer o ponto sobre o valor da contrapartida.

255 Explica que, na Lei nº 875/2024, aprovada anteriormente, não havia qualquer menção a valores
256 específicos de terrenos. Ressalta que nenhuma das leis relacionadas ao tema estabelece valores
257 fixos, e que eventuais negociações ou compromissos informais não constam no texto legal.
258 Esclarece que, talvez à época, o município estivesse em uma situação financeira mais favorável e
259 tenha se comprometido, verbalmente ou por outros meios, a arcar com toda a infraestrutura.
260 Entretanto, esse compromisso nunca esteve formalizado em nenhuma legislação aprovada.
261 Destaca que a lei anterior, inclusive, possui apenas uma página, enquanto o novo projeto em análise
262 contém três. Faz menção ao artigo terceiro da nova proposta de lei, que estabelece que o valor de
263 cada terreno, após o devido loteamento, será apurado pela instituição financeira operadora do
264 programa Minha Casa Minha Vida. Esse valor será convertido em subsídio ao beneficiário, sendo
265 abatido do contrato de financiamento, com o objetivo de tornar a unidade habitacional mais
266 acessível. Afirma que isso demonstra que não há, no projeto atual, qualquer valor fixo pré-
267 estabelecido como contrapartida para o terreno. Destaca que essa avaliação poderá variar de acordo
268 com a localização de cada lote, podendo alguns serem avaliados em vinte mil, outros em trinta mil
269 ou até quarenta mil reais, dependendo do entendimento da instituição financeira. Reforça que
270 nunca existiu, em nenhuma lei aprovada anteriormente ou na atual, valores definidos como sendo
271 de dezoito mil ou quarenta mil reais. Declara que o foco do município e dos vereadores deve ser
272 buscar, junto à empresa responsável e à unidade financiadora, a maior contrapartida possível,
273 visando diminuir as prestações a serem pagas pelos beneficiários. Conclui sua fala frisando que a
274 presença de valores nos discursos é compreensível, mas que não há respaldo legal para fixá-los.
275 Ressalta a necessidade de responsabilidade e clareza na condução do projeto, sem alimentar
276 expectativas que não estejam formalmente garantidas. O vereador **JOSÉ DE ARIMATEIA**
277 retoma a palavra dirigindo-se ao vereador Eraldo, afirmando que este presenciou, ao seu lado, a
278 fala do engenheiro responsável, que declarou que o valor do terreno seria de dezoito mil reais.
279 Lembra que, anteriormente, o valor mencionado era de quarenta mil reais, e cita as vereadoras
280 Ana Karinne e Vania, bem como o vereador Tiago, como testemunhas disso, por serem vereadores
281 à época. Diz que, ao ouvir o novo valor de dezoito mil reais, questionou se este seria mesmo o
282 montante final, sendo informado que esse valor ainda contaria com abatimentos decorrentes do
283 subsídio. Menciona também que o valor de trinta mil reais foi citado pelo próprio vereador Eraldo
284 em sessão anterior, quando este afirmou que a entrada seria de trinta mil reais. Por isso, ao chegar
285 à Caixa Econômica Federal, solicitou uma simulação ao superintendente, que indicou o valor de
286 entrada como sendo de vinte e quatro mil reais, a ser reduzido pelo valor do terreno e pelo subsídio.
287 Reforça que o superintendente deixou claro que o valor das parcelas varia de acordo com o perfil
288 do beneficiário, sendo que para uma pessoa a entrada pode ser de um valor e, para outra, de outro
289 totalmente diferente, a depender da renda, da composição familiar e de outros critérios técnicos.
290 O vereador **JAIRO FLAUZINO** toma novamente a palavra e relata uma conversa que acabara de
291 ter com o vice-prefeito. Explica que, ao ler o projeto de lei, entendeu que os terrenos pertencem
292 ao município e foram adquiridos por um valor que, em sua avaliação, foi bastante elevado. Afirma
293 que, se estivesse no cargo na época, não teria assinado aquele projeto. Critica o fato de que, uma
294 vez doado o terreno à empresa, esta passará a determinar seu valor livremente, sem possibilidade
295 de contestação posterior. Explica que, após a assinatura do projeto, a Caixa Econômica ou a
296 empresa responsável poderá avaliar o terreno como valendo dez mil, cinco mil ou cinquenta mil
297 reais, e o município não terá mais poder de negociação, o que considera uma falha grave. Sugere
298 que se deveria criar uma legislação mais rigorosa, que estabelecesse, previamente, um valor
299 imobiliário mínimo para os terrenos públicos doados, especialmente em casos de doações a
300 empresas e CNPJ. Defende que, se a proposta é usar o terreno como subsídio à população, o valor
301 mínimo do terreno doado deveria ser de trinta mil reais, dada a realidade dos preços de mercado
302 em Serra Negra do Norte, onde um terreno pequeno custa entre cinquenta e setenta mil reais.
303 Critica a ideia de que a Prefeitura entregue um bem público a uma instituição financeira ou
304 construtora e, posteriormente, permita que ela estabeleça qualquer valor que desejar. Compara essa
305 situação a um comerciante que conhece o valor de seu produto, mas se vê obrigado a vendê-lo por

306 um valor muito abaixo do custo real porque uma empresa assim determina. Cita o engenheiro Igor
307 Bezerra, presente na audiência, como alguém que compreende perfeitamente essas questões
308 técnicas e de avaliação. Reforça sua posição de que o município deveria estabelecer, por lei, um
309 padrão mínimo de avaliação para qualquer terreno público que venha a ser doado, evitando
310 prejuízos ao patrimônio público e garantindo justiça na aplicação de recursos públicos. A
311 vereadora **ANA KARINNE** inicia sua fala saudando o excelentíssimo presidente Jairo Flauzino,
312 os colegas vereadores e vereadoras, o vice-prefeito Evanildo, o secretário Igor Bezerra, todos os
313 presentes no plenário e os que acompanham pelas redes sociais. Deseja um bom dia a todos e
314 destaca a importância da audiência pública, um momento em que cada cidadão pode se inscrever
315 para usar a palavra e participar do debate. Ressalta a grande responsabilidade que é ocupar um
316 cargo no Legislativo e afirma que, muitas vezes, os vereadores precisam tomar decisões difíceis
317 que podem parecer erradas no curto prazo, mas que se revelam benéficas no longo prazo. Comenta
318 que recebeu várias mensagens nas redes sociais e reforça que respeita a opinião de todos,
319 destacando que o poder emana do povo, conforme estabelece a Constituição Federal. Lamenta, no
320 entanto, que muitas inverdades tenham sido propagadas nas redes sociais, especialmente a
321 alegação de que os vereadores foram contra o projeto. Esclarece que o projeto ainda não foi votado
322 e que o que foi colocado em votação anteriormente foi apenas o pedido de urgência. Explica que,
323 quando qualquer projeto chega à Câmara, existe um prazo mínimo para estudo, e que alguns
324 projetos, como o das casas, são muito complexos e exigem mais tempo de análise. Relata que,
325 como mãe de família que ainda mora na casa do pai e não possui moradia própria, entende
326 profundamente o desejo de ter uma casa. Reafirma que os vereadores estão ali para defender os
327 interesses de toda a população, dos que têm mais poder aquisitivo e dos que têm menos. Diz que,
328 por isso, foi necessário solicitar mais tempo para estudo, e que durante esse tempo foi possível
329 realizar visitas e buscar esclarecimentos diretamente com a Caixa Econômica Federal. Agradece
330 aos funcionários da Caixa, Raimundo e Aquílo, bem como ao superintendente Gama, que
331 participou de uma videoconferência e explicou que mais de quinhentas pessoas cadastradas no
332 município atendem aos critérios para financiamento de uma casa. Relata que pediu a simulação de
333 uma pessoa com renda entre um e dois salários mínimos e que a entrada ficou em torno de vinte e
334 cinco a vinte e seis mil reais, com parcela mensal em torno de oitocentos reais. Questionou o que
335 aconteceria com quem não tivesse esse valor de entrada e foi informada de que, nesse caso, a Caixa
336 chamaria outra pessoa. Explica que o valor da entrada não está fixado no projeto porque depende
337 de diversos fatores, como renda familiar, número de filhos e saldo de FGTS, sendo que cada pessoa
338 terá condições diferentes. Comenta que muitos criticaram o fato de os vereadores não terem
339 aprovado a urgência, mas argumenta que foi justamente esse tempo a mais que permitiu a
340 descoberta de informações importantes, como a existência de um canal no novo terreno, e a
341 confirmação, pelo engenheiro da Caixa, de que o terreno das cento e setenta e duas casas
342 anteriormente previstas não poderia ser utilizado. Ressalta que ninguém ali é contra as casas e que
343 o projeto ainda está em tramitação, não tendo sido aprovado. Defende que o debate e a escuta à
344 população são fundamentais para a construção de um projeto que realmente atenda às necessidades
345 de todos. Agradece a presença de cada cidadão e finaliza afirmando que os vereadores estão
346 prontos para fazer o melhor pela população. O vereador **STENIO GOMES** saúda o senhor
347 presidente e os colegas vereadores, parabenizando a população presente na audiência pública,
348 destacando a importância da participação popular em momentos como aquele. Em sua fala, declara
349 que já não possui mais dúvidas sobre o projeto das casas populares, considerando que o assunto
350 foi amplamente discutido. Ressalta a relevância da presença do engenheiro Urbano, responsável
351 pela elaboração do projeto das cento e setenta e duas casas, e lembra que ele se comprometeu a
352 resolver a questão do canal identificado no local da futura construção, o qual era desconhecido por
353 alguns vereadores até a realização de uma visita técnica. Diz que, se fosse possível votar naquele
354 momento, ele já declararia seu voto favorável ao projeto, por entender que o déficit habitacional
355 do município é muito alto. Parabeniza o Poder Executivo pelo envio da proposta à Câmara
356 Municipal, reiterando que a matéria é extremamente relevante para o município de Serra Negra do

357 Norte. Comenta que há muitas pessoas vivendo de aluguel na cidade, e cita o exemplo de uma
358 vizinha que paga seiscentos reais mensais de aluguel, sendo que, com a renda familiar em torno
359 de três mil e quinhentos reais, essa família teria condições de arcar com as parcelas de uma casa
360 própria. Finaliza dizendo que acredita que, na próxima quarta-feira, o projeto será aprovado pelos
361 vereadores. Agradece à população pela presença na audiência, reforçando a importância de todos
362 tomarem conhecimento e participarem do processo legislativo. Expressa confiança nos colegas
363 vereadores, acreditando que a aprovação das duzentas casas trará grande benefício ao município
364 de Serra Negra do Norte. O vereador **JOSÉ ROBERTO** dirige-se ao senhor presidente Jairo
365 Flauzino, ao senhor vice-prefeito, aos colegas vereadores e vereadoras, ao público presente e aos
366 que acompanham pelas redes sociais. Ressalta a relevância do tema discutido na audiência pública,
367 afirmando que moradia é uma das maiores necessidades do município. Declara que cada rosto
368 presente na sessão representa um clamor por casas, mesmo aqueles que já têm moradia própria,
369 mas que compreendem a realidade da cidade. Reafirma seu papel como representante da
370 população, dizendo-se favorável à construção de casas populares em Serra Negra do Norte.
371 Enfatiza que, quanto mais casas forem construídas, mais famílias sairão da situação de
372 vulnerabilidade habitacional. Relata que, diariamente, recebe mensagens de pessoas perguntando
373 se conhece alguma casa para alugar, o que o entristece, pois sabe que muitas famílias sofrem por
374 falta de moradia. Lamenta a realidade de pessoas que pagam entre quinhentos e seiscentos reais
375 em aluguel e que, quando o proprietário pede a casa, precisam desocupá-la, ficando sujeitas a
376 despejo. Reforça que, mesmo se tratando de casas financiadas, muitas pessoas estão lutando por
377 esse sonho e declara seu apoio ao projeto. Finaliza sua fala com uma reflexão, dizendo: “não tenha
378 medo de comprar sua casa própria, mas tenha medo de morrer sem ter uma casa própria, de passar
379 a vida inteira gastando dinheiro para morar na casa dos outros; em vez de ter medo de comprar,
380 tenha medo de nunca conquistar a sua”. Afirma que o mais rápido possível o projeto deve ser
381 aprovado, pois trará avanços à área habitacional do município. Reitera sua solidariedade à
382 população e assegura que os cidadãos podem contar com ele como vereador. Informa que nunca,
383 na legislatura passada, votou contra nenhum projeto, mesmo em regime de urgência, por entender
384 a necessidade do povo, e não por considerar questões partidárias. Encerra sua fala reafirmando seu
385 compromisso com a superação do déficit habitacional da cidade. O vereador **JAIRO FLAUZINO**
386 responde à fala do vereador José Roberto, começando por se referir a si mesmo como "verde" na
387 Casa, por estar iniciando seu mandato. Agradece o gancho da fala do colega para fazer algumas
388 considerações. Afirma que não se pode aprovar um projeto apenas por pensar no povo, sem antes
389 estudá-lo com responsabilidade. Considera que isso seria uma atitude irresponsável de qualquer
390 parlamentar. Reconhece que todos ali pensam na população e deseja deixar claro que, embora a
391 política envolva sempre disputas e paixões — comparando-a ao futebol e à fé —, os vereadores
392 têm a responsabilidade de fiscalizar o município e analisar com seriedade os projetos. Recorda
393 que, em outras ocasiões, quando projetos eram aprovados sem análise adequada, muitos erros
394 foram cometidos, e destaca que ele próprio foi um dos únicos a se manifestar publicamente contra
395 essas falhas. Relembra que, enquanto estava nas ruas defendendo causas públicas, indo contra o
396 projeto do Distrito Industrial, poucos se posicionaram, e que, mesmo diante de críticas, manteve-
397 se firme em sua postura. Comenta que foi contra o Distrito Industrial por entender que Serra Negra
398 do Norte não teria condições orçamentárias para arcar com um projeto daquela magnitude.
399 Enfatiza que sua oposição se baseava em critérios técnicos e fiscais. Menciona que, à época,
400 chegou a ser confrontado para “o muro” por um procurador do município, quando defendia
401 publicamente o partido e era aplaudido por isso, e hoje dizem que ele é contra. Pede ordem aos
402 presentes e reforça que a maioria das pessoas está ali para ouvir com respeito e entender os fatos.
403 Reitera que sua função é garantir que o projeto das casas populares seja aprovado com
404 responsabilidade legal, e não de forma apressada ou sob pressão popular. Ressalta que sua intenção
405 não é obstruir o projeto, mas assegurar que ele seja viável, seguro e legal. Aponta que a Caixa
406 Econômica Federal já havia reprovado o terreno anterior, onde se pretendia construir as cento e
407 setenta e duas casas, e que agora, com a nova proposta, é preciso que a Caixa também avalie o

408 novo terreno. Explica que, se em um terreno foi apontada a necessidade de galerias pluviais com
409 instalação de manilhas, não faz sentido que, no outro, essa exigência não exista, e que é justamente
410 isso que os vereadores querem esclarecer. Informa que não é contra a construção das casas, mas
411 defende que ela seja feita com responsabilidade. Menciona ainda sua crítica à remoção de
412 pequenos empresários para outra localidade, chamada Serranegrinha, e ao compromisso assumido
413 pela gestão de construir sessenta galpões gratuitos para esses empresários, o que, segundo ele,
414 configura improbidade administrativa. Reforça que, embora todos queiram a construção das casas,
415 é necessário respeitar os trâmites legais. Alerta que, caso não sejam obtidas as licenças necessárias
416 dentro do prazo — que gira em torno de quarenta e cinco a sessenta dias —, a obra poderá ser
417 paralisada indefinidamente. Pede que a população compreenda que os vereadores,
418 independentemente de pertencerem à base ou à oposição, têm responsabilidades legais com seus
419 mandatos e com o futuro do município. Encerra sua fala frisando que ninguém ali é contra as casas,
420 citando nominalmente os vereadores Júnior Inácio, Tiago, Karinne, Vaninha, ele próprio, Nêgo de
421 Eriberto, José Roberto, Stenio e Eraldo, bem como o prefeito, e afirma que todos querem que o
422 projeto avance, mas com responsabilidade. O vereador **ERALDO ALVES** solicita a palavra por
423 questão de ordem, referindo-se ao artigo setenta e três do Regimento Interno da Câmara Municipal,
424 especialmente ao parágrafo segundo, que trata da necessidade de os parlamentares não se
425 desviarem do tema principal em discussão. Lembra que os vereadores haviam acordado
426 previamente que as falas durante a audiência pública deveriam se manter dentro da pauta específica
427 da sessão. Reforça, portanto, seu apelo para que todos os parlamentares respeitem esse
428 compromisso, mantendo o foco nas questões diretamente relacionadas ao projeto em análise. O
429 vereador **JAIRO FLAUZINO** responde ao vereador Eraldo Alves afirmando que a explicação em
430 curso está de acordo com a Constituição da Casa Legislativa. Esclarece que o Regimento Interno
431 não proíbe esse tipo de fala por parte dos parlamentares, mas apenas veda que as perguntas da
432 população se afastem do tema da pauta. Defende que os vereadores estão, naquele momento,
433 explicando os motivos da realização da audiência pública e respondendo às dúvidas e comentários
434 que surgiram, todos relacionados ao projeto em discussão. Reforça que as intervenções estão
435 dentro da pauta e que os parlamentares têm liberdade para tratar dos aspectos relacionados ao tema
436 central da sessão. O vereador **ERALDO ALVES** retoma a palavra para concluir seu raciocínio.
437 Afirma que, ao mencionar o artigo setenta e três do Regimento Interno, não está se opondo à
438 condução da sessão, mas apenas reforçando a importância de não se desviar do foco da pauta. Diz
439 compreender que os vereadores possam fazer explanações, mas destaca que houve menções a
440 avaliações e decisões de legislaturas passadas, o que, segundo ele, foge ao objetivo da audiência.
441 Pede que se evite o prolongamento de debates que não estejam diretamente relacionados ao projeto
442 em análise. O vereador **JAIRO FLAUZINO** intervém novamente para esclarecer que, em sua
443 visão, os vereadores não estão se afastando da pauta. Afirma que o Regimento Interno da Câmara
444 permite o debate e que o que está sendo feito é uma explanação para a população, que tem o direito
445 de compreender todos os aspectos relacionados ao projeto de lei em discussão. Reforça que a
446 Constituição da Casa não impede esse tipo de explicação por parte dos vereadores. Ressalta que a
447 exigência de aderência ao tema se aplica especificamente às perguntas feitas pela população
448 durante a audiência, que devem estar estritamente relacionadas ao objeto da pauta. O vereador
449 **ERALDO ALVES** retoma a palavra para fazer uma consideração final sobre a fala anterior do
450 presidente. Refere-se à sugestão de que a Caixa Econômica Federal deveria também desaproveitar o
451 novo terreno, como fez com o anterior. Esclarece que a instituição financeira só realiza vistoria
452 após a formalização e entrada do novo projeto, e que, até aquele momento, o novo projeto ainda
453 não havia sido protocolado. Informa que o engenheiro da empresa proponente declarou, em
454 reunião com os vereadores, que o novo projeto incluirá uma solução para o canal descoberto
455 recentemente, e que esse novo canal é consideravelmente menor e mais simples do que o canal
456 anterior, o qual motivou a reprovação do primeiro terreno. Reforça que esse compromisso foi
457 assumido perante todos os parlamentares presentes à reunião, realizada na quinta-feira anterior. O
458 vereador **JAIRO FLAUZINO** retoma a palavra dirigindo-se ao vereador Eraldo Alves. Questiona

459 por que a Caixa Econômica Federal, que anteriormente esteve presente para desaproveitar o primeiro
460 terreno, agora não pode comparecer para avaliar o segundo. Informa que enviou ofício solicitando
461 a presença da instituição, além de ter feito contato por telefone, WhatsApp e e-mail, mas não
462 obteve resposta. Demonstra indignação com a ausência de retorno da Caixa, afirmando que, se a
463 instituição pôde se manifestar contra o primeiro projeto, também deveria poder se manifestar a
464 respeito do novo terreno. Considera incoerente o fato de não aceitarem visitar o local agora,
465 enquanto no passado houve posicionamento contrário por parte da instituição. O vereador
466 **FRANCISCO INÁCIO** retoma a palavra, e comenta que muitos já estão “coçando os dedos” para
467 digitar e outros desejam falar. Aproveita a oportunidade para tranquilizar os pais e mães de família
468 presentes, afirmando com convicção que tudo dará certo. Declara que, com a bênção de Deus, que
469 criou o céu e a terra, o projeto avançará e se concretizará. Comenta que, ao longo do debate, muitos
470 valores foram distorcidos, o que gerou confusão, mas garante que os terrenos serão valorizados e
471 que haverá sim contrapartida para que cada beneficiário conquiste sua casa própria. Lembra o
472 episódio da visita técnica ao terreno, na qual ele, os demais vereadores e o engenheiro responsável
473 estavam presentes. Afirma que, na ocasião, o engenheiro sugeriu inicialmente que a água do canal
474 passasse por cima, mas que isso não seria viável. Após discussão, o engenheiro reconheceu a
475 necessidade de executar a galeria por baixo e afirmou que isso poderia ser feito com um custo de
476 cinquenta mil reais. Informa que o engenheiro mencionou o valor de dois milhões de reais para a
477 obra no primeiro canal, e declara que, se há alguma mentira nisso, ela não vem do vereador Júnior
478 Inácio, mas do engenheiro que falou na reunião, e havia alguns vereadores presentes e todos
479 ouviram. Reitera sua mensagem de fé e confiança, pedindo que os pais e mães de família ali
480 presentes mantenham o coração tranquilo. Afirma estar ao lado da verdade e garante que as casas
481 sairão, sim. Comenta que muitas pessoas já perderam a esperança diante das informações
482 desconhecidas que circulam, mas reforça que está com a verdade e permanecerá ao lado do povo
483 até o fim, se Deus quiser. O vereador **JAIRO FLAUZINO** intervém logo após a fala do vereador
484 Júnior Inácio para fazer um esclarecimento. Declara que acredita que nenhum dos vereadores
485 presentes esteja mentindo, reafirmando que todos devem se respeitar. O secretário de
486 Infraestrutura, **IGOR BEZERRA**, inicia sua fala cumprimentando o presidente da Câmara, os
487 vereadores, o vice-prefeito Evanildo e todo o público presente. Expressa sua satisfação em retornar
488 ao plenário da Casa após quase doze anos, período em que já atuou como vereador. Lembra que,
489 na época, juntamente com os então colegas Ana Karinne e Eraldo, participou da aprovação do
490 último projeto habitacional realizado no município, que resultou na construção de quarenta casas
491 no bairro Lagoa. Destaca que, apesar de divergências políticas no passado, os vereadores daquela
492 legislatura trabalharam unidos desde o início do projeto até a entrega das chaves às famílias
493 beneficiadas. A partir desse resgate histórico, inicia suas considerações sobre o projeto atual,
494 buscando responder aos pontos levantados pelos vereadores ao longo da audiência. Sobre o pedido
495 de urgência, comentado pela vereadora Vaninha, esclarece que ele foi encaminhado porque a
496 gestão atual possui menos de cem dias de mandato e a moradia é uma prioridade desde o primeiro
497 dia. A urgência, segundo ele, representa o anseio das famílias por uma solução habitacional, e
498 também o esforço da gestão em entregar essas casas às mães de família. Assegura que o Poder
499 Executivo está sempre aberto ao diálogo com a Câmara e com a população. Em relação ao terreno,
500 explica que os vinte e dois hectares desapropriados foram adquiridos com recursos obtidos a partir
501 do leilão de terrenos menores espalhados pela cidade. Esclarece que esses leilões geraram uma
502 receita de aproximadamente seiscentos mil reais, valor que foi acrescido a um investimento de
503 mais de oito milhões de reais já aplicados no terreno com serviços de aterro e instalação de meio-
504 fio. Relata, entretanto, que parte do aterro já desmoronou e os meios-fios já foram danificados,
505 evidenciando, segundo ele, a urgência de agir com responsabilidade. Informa que o município está
506 arcando com uma parcela mensal de cerca de duzentos mil reais em juros, além de já ter recebido
507 boleto no valor de trezentos e cinquenta mil reais relativo ao empréstimo. Por isso, reforça a
508 necessidade de avançar com o projeto. Interrompido brevemente por manifestações da plateia, o
509 Sr. Presidente **JAIRO FLAUZINO** pede ordem para que o secretário possa concluir sua fala. O

510 secretário **IGOR BEZERRA** retoma a palavra para tratar da questão do canal que levou à
511 reprovação do terreno anterior pela Caixa Econômica Federal. Esclarece que o projeto reprovado
512 foi elaborado por um engenheiro contratado através de chamamento público pela gestão anterior,
513 e que o profissional foi o mesmo que elaborou aquele novo projeto. Reforça que ele não será,
514 necessariamente, o engenheiro responsável pela execução da obra atual, pois haverá novo
515 chamamento público e concorrência. Esclarece que o projeto ainda não foi aprovado e que,
516 somente após a aprovação, será possível apresentar oficialmente à Caixa Econômica, que então
517 poderá se posicionar. A respeito dos valores mencionados nas falas dos vereadores, especialmente
518 os quarenta mil reais citados por Nêgo de Eriberto e os trinta por cento mencionados por outros
519 parlamentares, o secretário afirma que não encontrou nenhuma referência a esses números na
520 legislação aprovada. Salaria que, se esses compromissos existiram, foram tratativas informais e
521 não constam em lei. Explica que, como presidente da comissão de avaliação de imóveis do
522 município, é necessário considerar diversos fatores ao estipular o valor de um terreno, como a
523 presença ou ausência de calçamento, rede de água, iluminação pública e outros elementos de
524 infraestrutura. Ressalta que o terreno em questão ainda não possui essas melhorias, o que
525 influencia diretamente em seu valor de mercado. Refere-se também ao debate sobre o abatimento
526 no valor da casa por meio da pavimentação e esgotamento sanitário, que alguns vereadores
527 esperavam como contrapartida do município. Reitera que isso também não consta em nenhuma lei
528 e que não há registro de recurso específico para essas obras, diferente dos boletos e parcelas do
529 FINISA, que chegam para o município pagar. Sobre os canais, afirma que o canal anterior — o
530 maior — tem origem em um riacho e já causou problemas em períodos de chuva, inclusive gerando
531 prejuízos a moradores, como no caso de uma cidadã chamada Pequena, que teve móveis
532 danificados pela entrada da água. Por isso, defende que a gestão precisa garantir que a nova obra
533 não cause riscos futuros à população. Esclarece que, diferente do canal maior, o canal identificado
534 recentemente no novo terreno é de águas pluviais, sendo de menor complexidade e semelhante a
535 galerias já existentes na cidade. Agradece ao vereador Nêgo de Eriberto pelo envio do ofício ao
536 Ministério das Cidades solicitando mais unidades habitacionais e informa que o município também
537 está se organizando para cadastrar projetos no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), a
538 fim de atender famílias de baixa renda com casas cem por cento subsidiadas. Ressalta que o projeto
539 atual das duzentas casas prevê a doação do terreno pelo município, mas a construção e o
540 financiamento são feitos pela Caixa Econômica. Explica que, após a aprovação pela Câmara, o
541 projeto será protocolado junto à Caixa para que a instituição possa apresentar suas condições e
542 simulações, exatamente como ocorreu com o projeto das cento e setenta e duas casas na legislatura
543 anterior, o qual foi aprovado por unanimidade. Informa que, após a aprovação, haverá novo
544 chamamento público e credenciamento de empresa, momento em que será possível exigir prazos
545 de início e conclusão da obra. Destaca que, até esse ponto, não é possível firmar esse tipo de
546 compromisso, pois o engenheiro que falou em prazos durante a reunião com vereadores baseou-se
547 em parâmetros do projeto antigo, e não em um contrato vigente. Sobre os custos com canais e
548 aterros, faz um alerta à população: mais de oito milhões de reais já foram gastos com o aterro e o
549 meio-fio da área desapropriada, mas parte já foi perdida, o que, segundo ele, reforça a necessidade
550 de responsabilidade e cautela, para que novos investimentos não sejam desperdiçados. Ele
551 prossegue sua fala abordando a relação com a Caixa Econômica Federal. Informa que, para que a
552 Caixa possa analisar o novo terreno, é necessário primeiro haver a aprovação do projeto de lei pela
553 Câmara Municipal. Somente com a formalização do novo projeto, será possível estabelecer o
554 diálogo institucional com a instituição financeira. Explica que os cento e setenta e dois lotes irão
555 permanecer, e que, caso o vereador Nêgo de Eriberto consiga viabilizar mais unidades
556 habitacionais junto ao Ministério das Cidades, ou caso o município consiga a liberação de recursos
557 por meio do PAC, as novas casas poderão ser construídas nesses mesmos lotes. Alerta, no entanto,
558 que o antigo projeto não especifica claramente qual terreno será doado, o que torna necessário um
559 projeto mais amarrado juridicamente. Afirma que, caso o projeto das cento e setenta e duas casas
560 tivesse sido aprovado anteriormente com esse detalhamento, ainda assim seria necessário o envio

561 de uma nova lei complementar para definir a quantidade de terrenos, a modalidade e demais
562 aspectos da operação. Defende que o projeto em tramitação tem o objetivo de oferecer segurança
563 jurídica ao Executivo, ao Legislativo e à população beneficiária. Reforça que o município, ao doar
564 o terreno, estará contribuindo significativamente para a redução do custo final das moradias. Sobre
565 os valores de entrada e parcelas, explica que a casa com dois quartos — modalidade padrão do
566 programa — não exige entrada financeira. Esclarece que essa definição não cabe ao município ou
567 à Câmara, pois é regulamentada pela Caixa Econômica em conjunto com o governo federal. No
568 caso da casa com três quartos, haverá sim uma entrada, mas esse valor pode ser abatido utilizando
569 o saldo do FGTS do beneficiário, entre outros mecanismos de subsídio. Ressalta que a parcela da
570 casa de dois quartos ficará em torno de quatrocentos reais, valor inferior ao custo médio de aluguel
571 em Serra Negra do Norte. O vereador **JAIRO FLAUZINO** interrompe, e comenta que estiveram
572 na Caixa Econômica, e o superintendente Aquílo fez uma simulação de casa com dois quartos que
573 teria entrada. O secretário **IGOR BEZERRA** continua afirmando que não tem entrada, e enfatiza
574 que nada impede que o beneficiário, após receber sua casa, realize ampliações de acordo com suas
575 necessidades e possibilidades financeiras. Afirma que, caso o beneficiário não possua condições
576 de arcar com a entrada exigida para a casa o município irá pleitear e buscar formas para atender a
577 necessidade da faixa um. Finaliza dizendo que a Câmara Municipal não tem competência legal
578 para modificar regras do programa habitacional federal, mas que a Prefeitura está empenhada em
579 buscar todos os meios possíveis para contemplar tanto os trabalhadores do setor produtivo como
580 as famílias mais carentes. Comenta, ainda, que a doação do terreno ajudará também o setor
581 empresarial, já que muitos trabalhadores precisam vir de outras cidades por falta de habitação no
582 município, o que gera custos com transporte. Ao concluir, esclarece a situação do projeto anterior
583 que previa a construção de trezentos apartamentos funcionais, os quais, segundo ele, não poderiam
584 ser doados aos moradores por força da lei, pois se tratavam de unidades rotativas e não poderiam
585 ser objeto de transferência definitiva de propriedade. Encerra sua fala destacando que o atual
586 projeto representa uma oportunidade real de entregar à população um bem efetivamente seu. O
587 vereador **JAIRO FLAUZINO** afirma que a manifestação é boa, mas pede que seja mantida a
588 ordem. Reforça, por questão de ordem, o pedido para que seja mantida a ordem na Casa. A
589 vereadora **VANIA FERNANDES** esclarece que, quando o secretário cita o seu nome e faz um
590 questionamento, ele afirma que a vereadora Vaninha disse que não havia urgência no projeto.
591 Diante disso, a vereadora esclarece que o projeto de construção de casa apresenta uma necessidade
592 gritante de urgência para que o povo tenha casa. O vereador **JAIRO FLAUZINO** volta a pedir
593 que seja mantida a ordem. Afirma que, caso o público continue, será necessário suspender a sessão,
594 o que causará mais demora. Em seguida, informa que a sessão será suspensa por dez minutos.
595 Após suspender a sessão por dez minutos, o vereador **JAIRO FLAUZINO** informa que a sessão
596 será reiniciada. Ele pede, por gentileza, a compreensão de todos os presentes, ressaltando que o
597 tempo de todos é precioso. Solicita que o regimento da Casa seja cumprido e explica que, quando
598 houver oportunidade para perguntas, o momento será aberto. Informa que o Geovani está com
599 caneta para que os interessados coloquem seus nomes, e no momento oportuno, possam direcionar
600 a pergunta à bancada. Destaca que o procedimento é simples, mas que é necessário manter a ordem
601 da Casa. Em seguida, pede também que, por gentileza, seja respeitado o exercício de trabalho dos
602 vereadores. Conclui pedindo respeito e propõe dar continuidade à sessão. A vereadora **VANIA**
603 **FERNANDES** informa que irá falar e, em seguida, todos terão oportunidade de se manifestar,
604 questionar e perguntar. Ressalta que, quanto mais rápido os vereadores concluírem suas falas, mais
605 tempo o público terá para participar. Declara que falará brevemente, apenas para esclarecer que,
606 no momento em que o secretário afirmou que ela havia dito que não havia urgência no projeto, ela
607 garante que, em nenhum momento, disse que não havia urgência. Afirma que todos são conscientes
608 de que o projeto de construção de casas representa uma necessidade urgente. Acrescenta que todos
609 em Serra Negra sabem da carência de moradias. Relata que muitas pessoas vêm de outras cidades
610 para trabalhar em Serra Negra e, por não encontrarem onde se hospedar, precisam ir e voltar
611 diariamente. Assegura que ninguém pode pensar que não há essa necessidade, e reafirma que é

612 urgente a construção de mais casas. A vereadora informa que não esteve presente na reunião na
613 Caixa Econômica, pois estava no hospital naquele dia, e, portanto, não teve oportunidade de
614 acompanhar os colegas vereadores. No entanto, relata que foi informada de que a Caixa havia dito
615 que havia sim entrada para o beneficiário que desejasse comprar a casa de dois quartos. Afirmo
616 que ficou feliz ao ouvir do secretário a garantia de que não haverá entrada para quem optar por
617 uma casa de dois quartos. Reforça que, quando essa garantia é dada por um secretário, entende-se
618 que ela é dada pelo município e pela administração, o que é motivo de alegria, pois amplia as
619 oportunidades para a população. Destaca que a maior preocupação era com a entrada, pois muitas
620 pessoas vivem com apenas um salário e, ao financiar pela Caixa, o valor do aluguel passa a ser o
621 valor da prestação da casa. Assim, se há essa garantia, considera ótimo, pois favorece as pessoas
622 com menor renda, que não têm condições financeiras. A vereadora também menciona que o
623 secretário falou sobre responsabilidade e reconhece que, por já ter sido vereador, o secretário tem
624 consciência do papel e das responsabilidades dos vereadores. Ressalta que os vereadores podem
625 tomar decisões sem segurança e, no futuro, isso pode prejudicar a população de Serra Negra, o que
626 jamais desejam. Por isso, é necessário agir com responsabilidade. Por fim, esclarece que quem
627 pediu vistas ao projeto, antes da votação da urgência, foi o vereador Eraldo, justamente por
628 compreender que era um projeto que exigia conhecimento e segurança para ser votado. Afirmo
629 que todas as ações dos vereadores foram tomadas com o objetivo de garantir à população o direito
630 à casa própria, nas melhores condições possíveis. Encerra dizendo que era apenas isso que gostaria
631 de esclarecer e agradece. O vereador **JAIRO FLAUZINO**, por questão de ordem, dirige-se à
632 população presente para prestar esclarecimentos que considera importantes. Afirmo que deve essa
633 fala aos presentes, como forma de compartilhamento de conhecimento. Explica que, sempre que
634 um vereador cita outro, o vereador citado tem direito à réplica e à tréplica. Informo que já havia
635 solicitado, por questão de ordem, que essas interrupções cessassem, para que fosse possível abrir
636 espaço para a população. No entanto, relata que todos os vereadores continuam querendo falar,
637 pois, quando um cita o outro, há novas manifestações. Menciona que, como uma cidadã falou
638 anteriormente que tinha tempo, ele também tem, destacando que seus três filhos já são grandes e
639 que não tem crianças em casa. Afirmo que está falando para todos os vereadores e para o público
640 presente que, a partir daquele momento, quando um vereador citar outro, não será mais concedido
641 tempo adicional. Reforça que é necessário deixar a população falar, fazer perguntas e permitir que
642 os vereadores possam responder, caso contrário, a sessão se prolongará por todo o dia. O secretário
643 de Infraestrutura, **IGOR BEZERRA**, solicita a palavra apenas para complementar uma
644 informação. Esclarece que não domina completamente a legislação da Caixa Econômica para
645 afirmar com precisão quais são as faixas, como faixa um ou faixa dois, e quem é contemplado ou
646 não. No entanto, afirmo com convicção que, no caso da faixa que contempla a pessoa que se
647 enquadra na aquisição de uma casa de dois quartos, que ganha mais de um salário mínimo e possui
648 dependente, essa pessoa não entra com valor de entrada. Acrescenta que, a partir daí os demais
649 casos seguem sucessivamente: se a pessoa deseja uma casa maior, com mais um quarto, aí sim há
650 entrada. Explica que essa entrada pode ser deduzida do saldo do FGTS e que existem inúmeras
651 faixas. Agradece pela compreensão de todos e pela possibilidade de engrandecer a informação. O
652 vereador **JAIRO FLAUZINO** se dirige novamente ao secretário, afirmando que, no momento em
653 que o secretário falou, deixou bem claro para a população de Serra Negra que, no caso das casas
654 de dois quartos, as pessoas não pagariam entrada. Relata que tentou questionar essa afirmação,
655 mas o secretário pediu para concluir sua fala, e depois ele explicaria. Reforça que a fala foi clara:
656 não há entrada para casa de dois quartos. Afirmo que isso ficou registrado e pode ser conferido na
657 gravação, podendo inclusive ser publicado. Ressalta que o secretário deixou bem claro que, nas
658 casas de dois quartos, não há entrada. Em seguida, relata que esteve na Caixa Econômica e foi
659 informado que, nesse programa, todas as casas possuem, sim, um valor de entrada, que pode ser
660 abatido no subsídio ou no valor do terreno — não exatamente como entrada, mas como parte do
661 valor total da casa, no geral. O vereador **JOSÉ DE ARIMATEIA** declara, durante a audiência,
662 que esteve presente na reunião junto com os vereadores Ana Karinne e Jairo, e relata que o

663 superintendente da Caixa foi bastante claro ao afirmar que todas as casas financiadas pela Caixa
664 têm entrada. Conta que perguntou: “Quer dizer que essas casas de dois quartos têm entrada?”, e o
665 superintendente respondeu: “Todas as casas da Caixa, a Caixa financia oitenta por cento, os outros
666 vinte por cento a pessoa tem que entrar.” Acrescenta que, a partir disso, podem vir o terreno, o
667 subsídio e outros fatores para diminuir esse valor. Em seguida, faz referência à fala do colega
668 vereador José Roberto, que afirmou que, na outra gestão, assinava todos os projetos em caráter de
669 urgência. O vereador José de Arimatéia afirma considerar essa atitude uma irresponsabilidade e
670 argumenta que é justamente por isso que a Casa enfrenta problemas. Explica que, se o vereador
671 tivesse pedido vistas ou negado a urgência e lido o projeto, não teria aprovado o financiamento de
672 quinze milhões. Destaca que o secretário Igor disse que o prefeito tem pressa e responsabilidade,
673 mas questiona: se o prefeito tem pressa e responsabilidade, ele também precisa ter
674 responsabilidade no que faz. Afirma que, ao receber um projeto como aquele, precisa lê-lo com
675 calma e que não assina nada de forma apressada ou sob pressão. Ressalta que já estudou bastante
676 o projeto, identificou alguns pontos novos e continua estudando. O vereador afirma que, se tivesse
677 aprovado o projeto na Câmara, o que aconteceria seria o seguinte: “Ah, os vereadores aprovaram
678 um projeto que tem dois canais.” Aponta que ninguém sabia que havia dois canais, apenas um.
679 Cita que o colega vereador Eraldo, líder do prefeito, foi quem pediu vistas ao projeto, e questiona:
680 se até ele, que é da situação, pediu vistas, por que ele, sendo da oposição, não poderia fazê-lo?
681 Afirma com veemência que não é contra a construção das casas, mas precisa de mais detalhes.
682 Destaca novamente que o secretário de Infraestrutura, Igor Bezerra, afirmou que não há entrada
683 para casa de dois quartos, mas relata que, quando esteve na Caixa, o superintendente Gama foi
684 claro ao afirmar que a Caixa financia oitenta por cento, enquanto os vinte por cento restantes
685 correspondem a subsídios, terrenos e outras condições. Reforça que não é simplesmente jogar o
686 CPF na Caixa e dizer “quero minha casa”, pois todas essas casas serão financiadas pela Caixa,
687 com entrada, com subsídio e com desconto de terrenos. Relata também que questionou o
688 engenheiro sobre o canal e ouviu como resposta: “Eu faço.” Diz que o engenheiro se comprometeu
689 em realizar a obra e foi claro em sua resposta. Critica quem tenta culpar apenas a gestão anterior,
690 argumentando que, se fosse para elogiar, deveria sim elogiar a gestão anterior, pois foi ela quem
691 comprou o terreno. No entanto, informa que, ao chegar na Caixa, não encontrou o cadastro de
692 duzentas casas, mas apenas de cento e setenta e duas. Segundo o superintendente, não chegou nada
693 além disso, mas ele afirmou que, havendo terrenos, poderia fazer mil casas. Declara que é isso que
694 deseja dizer à população e que o erro não é exclusivo de A, B ou C, sendo necessário investigar de
695 onde realmente vem o erro. Lembra, por fim, que o colega vereador foi claro ao dizer que o projeto
696 veio em urgência e foi aprovado sem sequer ser lido, o que considera errado. Faz uma analogia,
697 perguntando como se pode assinar um cheque sem saber o valor. O vereador **CARLOS**
698 **EDUARDO** solicita a palavra por questão de ordem e opina que as falas estão se tornando muito
699 repetitivas. Reforça que os vereadores têm todo o tempo necessário para esclarecer dúvidas e que
700 o projeto foi enviado às comissões. Informa que os secretários e o vice-prefeito estão presentes
701 justamente para tirar as dúvidas da população, e propõe que a palavra seja passada ao público. O
702 vereador **JAIRO FLAUZINO** reforça que, conforme já havia mencionado, as falas estão se
703 tornando repetitivas, pois um pede a palavra e, em seguida, outro também pede. Declara que
704 acredita que a população quer fazer perguntas, e afirma que os vereadores estão ali para responder.
705 Em seguida, informa que será aberta a oportunidade para que o público se manifeste. O vereador
706 **ERALDO ALVES** solicita a palavra para esclarecer que seu nome foi citado por três ou quatro
707 vezes, e que deseja apenas justificar o motivo pelo qual, como líder do prefeito, pediu vista ao
708 projeto. Agradece pelo tempo concedido e afirma que considera importante explicar aos presentes
709 as razões pelas quais fez o pedido. Informa que o projeto chegou à Câmara na terça-feira, e que os
710 vereadores vinham conversando a respeito, inclusive após uma reunião que o prefeito convocou
711 todos os vereadores com o objetivo de esclarecer dúvidas. Conta que, na quarta-feira seguinte,
712 nenhum dos vereadores, inclusive ele próprio, havia se debruçado sobre o conteúdo do projeto,
713 nem analisado os artigos. Avalia, naquele momento, que o pedido de vista não acarretaria nenhum

714 prejuízo, até porque havia apenas oito vereadores presentes na sessão, e o presidente não se
715 encontrava. Explica que, naquela ocasião, nenhum dos parlamentares havia formado uma opinião
716 concreta sobre o projeto, nem tinha segurança quanto ao resultado da votação. Diz que o pedido
717 de vista foi uma oportunidade concedida para que todos pudessem estudar melhor o projeto.
718 Destaca que o prazo adicional foi de oito dias, durante os quais todos puderam tirar dúvidas. Relata
719 que ele próprio buscou esclarecimentos junto à Caixa Econômica e à equipe de engenharia, além
720 de responder a todas as dúvidas apresentadas pelos colegas. Na quarta-feira seguinte, afirma que
721 o projeto voltou à pauta com o pedido de urgência. Informa que, naquela ocasião, os vereadores
722 da situação votaram a favor da urgência, pois já vinham há oito dias discutindo o tema e
723 esclarecendo dúvidas. Apesar disso, o projeto não obteve aprovação da urgência, pois os votos não
724 foram maioria. Reforça que, por diversas vezes, foi citado por colegas vereadores como
725 responsável pelo pedido de vista, mas garante que esse pedido não causou prejuízo algum. No
726 entanto, após aquele momento, a postergação da votação por mais oito dias, sim, representou uma
727 perda de tempo. Enfatiza que a audiência está sendo proveitosa, e que acredita que, na semana
728 seguinte, não haverá mais dúvidas a serem tiradas. Informa que os questionamentos atuais não
729 tratam do mérito do projeto, que é a doação do terreno. Declara que, como líder do prefeito, pediu
730 o visto para que todos pudessem estudar melhor o projeto. Contudo, após dez dias de análise e
731 esclarecimento das dúvidas, entende que não havia mais justificativa para a rejeição da urgência.
732 Ressalta, porém, que respeita o direito de cada vereador em suas decisões. Reafirma que, como
733 líder do prefeito, comunga com a urgência e defende o plano de governo que foi construído
734 coletivamente. Finaliza afirmando que acredita no projeto das casas, pois Serra Negra do Norte
735 necessita de moradias. O vereador **JAIRO FLAUZINO**, dirige-se aos inscritos, solicitando que
736 atendam a um pedido da equipe de marketing, que solicita, por gentileza, que as pessoas se dirijam
737 até o lado da câmara. Explica que o microfone será passado para os participantes por ordem, a fim
738 de que as falas sejam devidamente filmadas, organizadas e registradas corretamente, evitando
739 conversações paralelas. Informa também que cada pessoa inscrita terá a oportunidade de fazer sua
740 pergunta ou tirar dúvidas apenas uma vez, sem direito a réplica ou tréplica. Orienta que aproveitem
741 esse momento para esclarecer todas as dúvidas de uma só vez. Tranquiliza os presentes, dizendo
742 que não há motivo para nervosismo e que os vereadores responderão a tudo o que estiver ao alcance
743 de suas atribuições. Em seguida, anuncia a primeira inscrita: Luziene Fernandes. A senhora
744 **LUZIENE FERNANDES - POPULAÇÃO**, inicia sua fala saudando a todos os presentes, em
745 nome do Espírito Santo que guia e conduz a todos diariamente. Cumprimenta a população serra-
746 negrense e, de modo especial, os nove vereadores que, segundo ela, muito bem a representam.
747 Afirma compreender, de forma democrática, que após um pleito eleitoral não existem mais
748 bandeiras, não existem vereadores da oposição, tampouco da situação, exceto em momentos
749 formais exigidos pela justiça eleitoral. Por isso, declara sentir-se muito à vontade ao estar presente
750 na audiência junto aos nove vereadores. Parabeniza os parlamentares pela dedicação, força e
751 coragem, reconhecendo que são a voz e a vez do povo. Aproveita ainda para afirmar que, após o
752 pleito, também não existe mais o prefeito “A” ou “B”, e sim o prefeito do povo. O vereador **JAIRO**
753 **FLAUZINO** intervém e, dirigindo-se à senhora Luziene, pede desculpas, explicando que,
754 infelizmente, conforme a pauta da audiência, a fala deve se restringir ao tema dos terrenos. Reforça
755 que a participante pode fazer seus questionamentos e perguntas diretamente, para que os
756 responsáveis possam respondê-los de forma objetiva. Pede a compreensão da oradora. A senhora
757 **LUZIENE FERNANDES** prossegue sua fala, cumprimentando também o representante do Poder
758 Executivo. Explica que, com o intuito de tornar seus questionamentos mais claros, preparou cópias
759 impressas do texto e solicita a Júnior que retire uma cópia para repassá-la aos demais presentes.
760 Em seguida, lê o conteúdo de seu pronunciamento: “Segundo documentos recebidos desta casa,
761 os Projetos de Lei nºs 878 e 879 com data de 22 de outubro de 2024, enviados pelo Poder
762 Executivo, na época, Sérgio Fernandes, no art:5º do Projeto de Lei - 878 trata da aquisição de
763 terrenos para Complexo Industrial contemplando 55 galpões, 40 lojas, 320 apartamentos
764 funcionais e centro de capacitação funcional, com parágrafo único ratificando desapropriação com

765 escritura pública registrada em cartório. Já o PL nº 879, fala apenas de 55 galpões, e 40 lojas cujos
766 os Projetos tratam das mesmas informações territoriais. Com as descrições supracitadas não
767 percebemos aquisição de terrenos para unidades habitacionais, mesmo assim, ambos foram
768 aprovados por unanimidade em caráter de urgência. Quais as justificativas para tal ato? O Projeto
769 de Lei nº 07 do atual gestor com data de 11 de março de 2025, em seu texto inicial trata literalmente
770 de construção de unidades habitacionais com diferentes descrições territoriais, critérios para posse,
771 formas de financiamento, possibilidades devolutivas ao município, inclusive tempo determinado
772 para edificação. No final desse mesmo projeto REVOGA-SE o artigo 5º do Projeto de Lei 878 e o
773 parágrafo único do Projeto de Lei 879. Como se explica tais ações em epígrafe com votações
774 divergentes? Como aprovar um projeto em caráter de urgência quando este revoga artigos e
775 parágrafos de Lei em período de mandato no qual vereadores da atual bancada não exercia
776 mandato? Afinal, quais os verdadeiros critérios contemplativos para seleção de beneficiários, seja
777 residências ou galpões, por quem foram elaborados esses critérios e através de que respaldo para
778 justificar as seleções e o que garante essa posse, quando sabemos que todo financiamento necessita
779 de comprovação de renda e esta deve corresponder ao montante de financiamento desejado? Será
780 de fato que os funcionários do nosso município terão condições de, mesmo dentro dos critérios
781 alcançarem o montante necessário a edificação do seu imóvel? E, do contrário, o que será feito
782 segundo os projetos em análise para que estes não percam a oportunidade da realização do tão
783 esperado sonho? Sabe-se que, a principal função de um legislador é fiscalizar, cuja ação é
784 acompanhar ARMONIOZAMENTE as atividades executivas através do diálogo, da transparência,
785 do bem comum, sem interesses pessoais e/ou partidários. Com esse pensamento, o que a bancada
786 poderá sugerir para um caminhar juntos: executivo, legislativo e os demais envolvidos necessários,
787 a fim de que toda população possa entender e acompanhar os trâmites dos financiamentos, sem
788 alardes, manifestações que geram divisões na tão bela: Serra Negra; minha terra; minha amada;
789 minha flor. Obrigada pelo espaço concedido e atenção dispensada”. O vereador **JAIRO**
790 **FLAUZINO** retoma a palavra e informa que todos os vereadores, especialmente os que já estavam
791 na legislatura anterior, têm a oportunidade de responder aos questionamentos apresentados.
792 Explica que todos estão com uma cópia do material entregue pela senhora Luziene e que fica a
793 critério de cada um tomar a palavra para responder à participante. A vereadora **ANA KARINNE**
794 dirige-se à senhora Luziene Fernandes, afirmando que recebe com atenção e respeito as indagações
795 apresentadas, que considera muito pertinentes. Ressalta que os pontos elencados pela participante
796 foram justamente os motivos que levaram os vereadores a solicitarem mais tempo para apreciação
797 do projeto. Explica que, na semana em que não foi votada a urgência, já havia deixado claro em
798 sua fala que o projeto ainda está em trâmite e que ainda será apreciado pela Casa Legislativa, ao
799 contrário do que foi dito por algumas pessoas, que alegaram que o projeto já havia sido votado.
800 Informa que, conforme já havia afirmado anteriormente e como também foi mencionado pela
801 professora Luziene, ao comparar o novo projeto com o anterior, observa-se que, ao final do texto,
802 o novo projeto revoga dois artigos de leis municipais já existentes. Destaca que, anteriormente, os
803 vereadores aprovavam projetos de leis novas, que ainda não existiam, mas o atual projeto revoga
804 dispositivos legais em vigor. Esclarece que o Projeto de Lei número zero sete revoga o artigo
805 quinto da Lei Municipal número oitocentos e setenta e oito, de vinte e dois de outubro de dois mil
806 e vinte e quatro, artigo este que trata da área destinada aos cinquenta e cinco galpões, quarenta
807 lojas, trezentos e vinte apartamentos funcionais e centro de capacitação profissional. Afirma que,
808 em sua opinião, o projeto em tramitação não representa uma proposta completamente nova, mas
809 sim uma modificação do projeto anterior, visto que foi delimitada uma nova área em cartório.
810 Explica que, enquanto a lei anterior previa uma área de cinco vírgula oito hectares para a
811 construção de cento e setenta e duas casas, um documento da Caixa Econômica Federal indicou
812 que o terreno era impróprio, levando à delimitação de uma nova área registrada em cartório, com
813 aproximadamente seis vírgula quatorze hectares. Reforça que, conforme a própria professora
814 Luziene havia colocado, a urgência não poderia ser aprovada de imediato, pois o novo projeto
815 revoga dispositivos legais já existentes. Por isso, os vereadores solicitaram mais tempo, o que, em

816 sua avaliação, foi positivo, pois permitiu que a população comparecesse à audiência, fizesse
817 perguntas e esclarecesse dúvidas. Informa ainda que, nesse período, foi possível obter diversas
818 explicações, tanto da Caixa Econômica como do engenheiro responsável. Relata que, apesar de
819 não ter comparecido no dia da visita técnica com o engenheiro, devido a uma virose, recebeu os
820 relatos dos vereadores das comissões. Afirma que integra a Comissão de Constituição e Justiça e
821 que, quanto à legalidade e constitucionalidade do projeto, tudo está em conformidade. Ressalta
822 que naquele momento os participantes têm a oportunidade de apresentar questionamentos e que o
823 esclarecimento sobre a área se refere apenas à nova delimitação. Reitera que, ao comparar as duas
824 leis, verifica-se que a área inicialmente de cinco vírgula oito hectares passam a ser de seis vírgula
825 quatorze hectares. O outro artigo revogado diz respeito aos cinquenta e cinco galpões, quarenta
826 lojas e trezentos e vinte apartamentos funcionais. Garante que isso está previsto na lei e que é
827 possível obter cópia do projeto, o que também responde à indagação feita pela participante. O
828 senhor **JOSÉ IVAN MACÊDO – POPULAÇÃO**, e popularmente conhecido como Ivan do
829 Celular, cumprimenta a todos os presentes. Declara que, para evitar repetição de informações, fará
830 uma pergunta simples e objetiva: entre as cento e setenta e duas ou duzentas casas que serão
831 construídas, deseja saber quantas serão doadas — uma, duas, dez ou nenhuma. O vereador **JAIRO**
832 **FLAUZINO**, responde que nenhuma casa será doada. Esclarece que todas as unidades serão
833 financiadas pela Caixa Econômica Federal, por meio do programa Minha Casa, Minha Vida. O
834 vereador **CARLOS EDUARDO** complementa a informação, dizendo que, conforme repassado
835 pelo engenheiro responsável, das unidades habitacionais previstas, cento e quatorze são casas com
836 dois quartos e oitenta e seis são casas com três quartos. O senhor **GERALDO DE OLIVEIRA**
837 **(DOCA) - POPULAÇÃO** cumprimenta a todos os presentes e inicia sua fala com uma pergunta.
838 Questiona os presentes sobre a justificativa de que não se construíram casas por falta de terreno.
839 Refere-se especificamente ao terreno localizado entre o arame da Lagoa e o Riacho do Chique-
840 Chique, mencionando que foram gastos nove milhões de reais com aterro, e no local que ele
841 mencionou seria possível construir casas. Aponta que, mesmo assim, nada foi feito, e continuam
842 dizendo que não há terrenos, quando, segundo ele, terrenos existem. Declara-se como a pessoa que
843 mais caminha a pé por Serra Negra do Norte e que frequenta o município desde o ano de mil
844 novecentos e sessenta e cinco. Diz ser, atualmente, o mais velho presente na audiência. Ressalta
845 que, embora seja analfabeto, não é burro, pois sabe das coisas. Finaliza agradecendo pela atenção.
846 A senhora **LETÍCIA CAVALCANTE - POPULAÇÃO** cumprimenta o presidente, os
847 vereadores e o público presente. Inicia sua fala informando que a pergunta que pretendia fazer já
848 havia sido respondida pelo secretário Igor, e aproveita para reforçar um ponto que considera
849 importante. Declara que não se trata de “achismo”, mas de uma regulamentação de enquadramento
850 que realmente existe. Relata que muitas pessoas se confundem e dizem: “Ah, eu não vou porque
851 não vou me enquadrar”, mas orienta que não percam tempo escutando boatos. Acredita que todas
852 as pessoas de Serra Negra, de acordo com o enquadramento que leu, se enquadram sim nas casas
853 de dois quartos. Acrescenta que as prestações dessas casas não são altas e que há moradores
854 pagando aluguéis bem mais caros do que as parcelas dos financiamentos. Pede à população que
855 não se deixe levar por comentários como “não é casa dada”, e argumenta que, mesmo assim, trata-
856 se de casa própria. Sugere que, se duzentas pessoas se enquadrarem, isso já representa duzentas
857 casas destinadas ao município, o que, em sua visão, é muito positivo. Solicita que haja mais amor
858 ao próximo e relembra que, da última vez que estiveram na Câmara, o clima estava mais exaltado.
859 Ressalta, contudo, que acredita que os problemas não se resolvem com violência ou ataques à
860 imagem das pessoas, mas sim com união. Declara ter fé de que o projeto será aprovado, pois
861 acredita que todos presentes têm boas intenções. Reconhece que nem sempre são compreendidos,
862 mas reforça que todos estão ali com o intuito de ajudar Serra Negra do Norte. Comenta que não se
863 trata de doação, lembrando que o terreno em questão foi comprado com valor alto, que considera
864 superfaturado. Expressa concordância com o vereador Jairo Flauzino quando este afirma que não
865 votaria naquele projeto, pois, segundo ela, se trata de um projeto irregular. Acrescenta que foram
866 gastos oito ou nove milhões de reais apenas com aterramento e meio-fio, e que, além disso, faltou

867 planejamento quanto a esgoto e saneamento, que, em sua opinião, deveriam ter sido deixados como
868 saldo pela gestão passada. Explica que a Caixa Econômica é apenas uma financiadora e orienta a
869 população a não se preocupar quanto a isso. Incentiva todos a seguirem na luta, pois acredita que
870 a visão já foi compreendida por todos, e que o projeto será aprovado. Finaliza pedindo à população
871 que evite partidarismo, que se unam, pois a união faz a força. Afirma acreditar que não se tratará
872 apenas de duzentas casas, e que outras poderão vir. Reforça que, caso quinhentas pessoas se
873 enquadrem, mas apenas duzentas casas sejam aprovadas, a população deve lutar para que sejam
874 construídas mais trezentas. Encerra sua fala manifestando fé em um futuro com mais casas para
875 Serra Negra, desejando melhorias para o município e agradecendo a todos os presentes. O senhor
876 **ROMÁRIO JOSÉ DA SILVA – POPULAÇÃO** cumprimenta os vereadores, o presidente da
877 Câmara e o público presente. Dirige sua pergunta diretamente ao vereador Jairo Flauzino,
878 questionando como o mesmo justifica sua posição de oposição, tendo afirmado anteriormente que
879 não votaria no projeto nem na urgência. Afirma não saber qual a posição atual do vereador e deseja
880 entender sua opinião a partir daquele momento. Acrescenta ainda que, em sua visão, alguns
881 parlamentares adotam posturas influenciadas por vínculos partidários, embora reconheça não ser
882 ético citar nomes. No entanto, cita como exemplo a vereadora Ana Karinne, por ser filha do ex-
883 prefeito Dilvan; a vereadora Vania Fernandes, por ser irmã do ex-prefeito Sérgio; e o vereador
884 Tiago, que, apesar de não ter parentesco, prestou serviços para uma candidata derrotada nas últimas
885 eleições. Declara que, de certo modo, esses vínculos são de convivência, mas pede que os
886 vereadores não ajam com partidarismo e utilizem a consciência, pensando na população, pois
887 foram eleitos por ela. Finaliza dizendo que, daqui a quatro anos, os parlamentares possivelmente
888 baterão às portas da população novamente, caso decidam se candidatar, o que está a critério de
889 cada um, e conclui que era apenas isso o que desejava expressar. O vereador **JAIRO FLAUZINO**
890 agradece a pergunta do cidadão Romário e afirma que já havia declarado, ainda na primeira reunião
891 sobre a urgência, que da forma como o projeto foi conduzido, ele não votaria a favor da urgência
892 nem do projeto. Reafirma que mantém a mesma posição, com os mesmos propósitos e virtudes.
893 Explica que, diante dos questionamentos existentes na cidade e na política local, infelizmente há
894 um jogo de forças entre dois lados. Cita, inclusive, que o próprio prefeito chegou a declarar
895 publicamente que não fez cinco vereadores, o que, segundo Jairo, não é verdade, pois o grupo
896 conquistou a vitória no Executivo e formou maioria na Câmara. O vereador afirma que, após a
897 campanha, a condução política deve ser diferente e que convida toda a população de Serra Negra
898 do Norte a vivenciar a política de dentro para compreender seu funcionamento. Reitera que não se
899 considera ligado a nenhum dos grupos políticos tradicionais da cidade, declarando-se
900 independente. Relata que, desde os dez anos de idade, quando começou a vender redes, conduz
901 sua vida com independência e não aceita cabresto, nem mesmo da própria esposa ou de sua mãe.
902 Afirma que apenas Deus o domina, embora, por vezes, reconheça que até mesmo a Ele é
903 desobediente, citando como exemplo um acidente de carro que sofreu após desconsiderar um sinal
904 de Deus para traçar o carro. Explica que não vota no projeto por causa da forma como ele foi
905 conduzido na Câmara e pela ausência de diálogo entre o Executivo e o Legislativo. Reafirma que,
906 embora os poderes sejam independentes, devem atuar de forma harmônica, o que, em sua
907 percepção, não está acontecendo. Diz que o prefeito deveria ter procurado a Câmara antes de
908 instaurar estado de calamidade e que tem deixado isso claro em seus pronunciamentos públicos.
909 Declara que vereador não é funcionário do prefeito e que, apesar de ter sido eleito pelo mesmo
910 partido, isso não o obriga a seguir todas as determinações do Executivo. Afirma que sua
911 independência é inegociável e que continuará exercendo sua função de forma crítica, fiscalizando
912 e reivindicando melhorias para a cidade. Lembra que sempre deixou claro que manteria sua postura
913 mesmo após as eleições, e que continuará questionando quando for necessário. Aponta que a Caixa
914 Econômica Federal não estabelece critérios específicos de seleção e que, caso o projeto seja
915 aprovado como está, o prefeito poderá escolher os beneficiários a seu critério. Alerta que, se os
916 critérios forem definidos pelos vereadores e incorporados ao projeto, será possível garantir justiça
917 na distribuição. Por isso, defende o estudo e análise cuidadosa do projeto antes da votação. Reforça

918 que, se houver mudanças, diálogo e acordo entre os poderes, poderá assinar um novo projeto, desde
919 que com critérios claros e justos. Diz que não se pode simplesmente aprovar um projeto sem
920 critérios e que isso já gerou desconfiança no passado, quando se dizia que as casas beneficiariam
921 apenas os aliados do governo. Menciona que existem mais de quinhentos CPFs aprovados na
922 época, mas isso não significa que todas essas pessoas estão aptas ao financiamento. Propõe que,
923 ao invés de se basear apenas nos cadastros antigos, seja feito um novo cadastramento para garantir
924 maior justiça. Afirma que todos os vereadores, de forma unânime, são a favor da construção das
925 casas, mas não concordam com a forma como o prefeito deseja impor a condução do projeto. Diz
926 que sua postura contrária não é pessoal contra o prefeito, mas contra qualquer pessoa ou gestão
927 que aja com injustiça. Agradece pela oportunidade de esclarecer sua posição e afirma que existem
928 muitas outras explicações que poderiam ser dadas, mas que o debate tem sido dificultado por
929 narrativas distorcidas, fake news e falta de diálogo. Conclui dizendo que a cidade está dividida
930 politicamente e que é preciso buscar o bem comum. Propõe a criação de critérios como, por
931 exemplo, impedir que pessoas que já tenham casa ou que tenham vendido uma casa recebida
932 anteriormente participem do novo programa. Reforça que não há guerra entre os vereadores e que
933 acredita que o mal-entendido e a pressa estão prejudicando o debate. Lamenta que, mesmo em uma
934 cidade onde muitos são parentes, estejam agindo com animosidade, o que considera ofensivo
935 também diante de Deus. Defende o consenso, o respeito ao Regimento Interno e esclarece que
936 pedir vista ou não aprovar a urgência é um direito regimental dos vereadores. Finaliza afirmando
937 que a luta da Câmara não é contra a construção de casas, mas contra a aprovação de um projeto
938 mal estruturado. Agradece a atenção de todos. A vereadora **ANA KARINNE** agradece
939 inicialmente a participação do cidadão Romário na audiência pública. Reconhece a verdade em
940 sua fala, destacando que os vereadores estão ali porque foram colocados pelo povo. Afirma ser
941 sempre muito grata, primeiramente a Deus e, em segundo lugar, à população que lhe confiou o
942 mandato. Assegura que, enquanto estiver no cargo até dezembro de dois mil e vinte e oito,
943 continuará cumprindo seu papel com responsabilidade, como sempre fez. Ao comentar a
944 observação feita por Romário sobre partidarismo, por ser filha do ex-prefeito Dilvan Monteiro,
945 responde com orgulho que é, sim, filha de Dilvan Monteiro, e com muita honra. Ressalta que seu
946 pai, hoje com oitenta e dois anos, não é partidarista, e sim do povo. Informa que, durante dois
947 mandatos, Dilvan Monteiro construiu quatrocentas e noventa e cinco casas em Serra Negra do
948 Norte. Convida que se consulte seu histórico na Câmara para verificar que jamais foi contra a
949 construção de casas. Reafirma que sempre votou com responsabilidade, apenas pedindo tempo
950 necessário para esclarecer dúvidas. Lembra que os três poderes – Legislativo, Judiciário e
951 Executivo – são interdependentes e devem trabalhar em parceria, mas com respeito à autonomia
952 de cada um. Destaca que nunca antes um gestor havia incitado o voto de um vereador, enfatizando
953 que os nove vereadores são seres pensantes, cada um com seus princípios, valores e capacidade de
954 tomar decisões importantes para o futuro da população. Compara os julgamentos sofridos pelos
955 vereadores aos sofridos por Jesus Cristo, afirmando que, se até Ele foi crucificado, imagine os
956 seres humanos comuns. Reafirma que sente muito orgulho por ser filha de quem é, tendo crescido
957 presenciando a luta de seus pais. Recorda que, em tempos em que não existiam programas sociais,
958 como o Bolsa Família, seu pai e sua falecida mãe distribuíam caixas de feira e retiraram pessoas
959 de casas de taipa. Diz que, sempre que mencionam seu pai, sente-se no dever de honrá-lo, pois o
960 ama e o respeita profundamente. Agradece novamente a fala de Romário, afirmando que não
961 poderia deixar de responder ao ter sido citado o nome de um homem que ama e quer bem. A
962 vereadora **VANIA FERNANDES** também agradece a Romário por sua participação. Reconhece
963 a coragem do cidadão em comparecer à audiência pública e expressar sua opinião abertamente,
964 destacando que, se ele não tivesse falado publicamente o que pensa, ela jamais saberia. Diz
965 respeitar a opinião de Romário e reafirma que todo cidadão merece ter seu ponto de vista acolhido.
966 Esclarece que, ao serem eleitos, os vereadores deixam de representar apenas seus eleitores diretos
967 e passam a representar toda a população de Serra Negra do Norte. Afirma que foi eleita com
968 quinhentos e setenta e três votos, mas que seu mandato não se restringe a essas pessoas. Destaca

969 que todos os vereadores presentes têm a obrigação de agir com responsabilidade, pois representam
970 um município inteiro. Defende que é necessário estudar profundamente os projetos apresentados,
971 pois as decisões tomadas impactam toda a população. Lembra que os vereadores muitas vezes são
972 julgados injustamente por suas decisões e que essa exposição pública gera incompreensões. Relata
973 que está em seu terceiro mandato e que, apesar de ser irmã do ex-prefeito Sérgio Fernandes, nunca
974 deixou que esse vínculo interferisse em suas decisões legislativas, sempre colocando a
975 responsabilidade à frente de laços familiares. Afirma que, em mandatos anteriores, o Poder
976 Legislativo sempre foi respeitado como independente, e que nunca haviam sido pressionados por
977 gestores para votar de determinada forma. Ressalta que agora percebe uma tentativa da
978 administração atual de incitar a população contra os vereadores, o que considera negativo e
979 prejudicial, pois acredita que Serra Negra é uma só família. Aponta que muitos vereadores
980 presentes têm laços de parentesco e que a incitação à desunião pode trazer graves consequências.
981 Reforça a necessidade de diálogo, união e respeito mútuo. Concorde com a fala da cidadã Letícia,
982 que pediu mais amor ao próximo, e afirma que o respeito é o princípio mais importante para a
983 convivência em sociedade. Diz que aprendeu com seus pais a respeitar o próximo e a não julgar
984 ninguém sem conhecer. Declara que, ao crucificar alguém, pratica-se uma injustiça, e lamenta que
985 isso ainda ocorra. Finaliza reafirmando que nem mesmo Jesus Cristo se livrou da crucificação e
986 da injustiça, agradecendo mais uma vez a Romário pela contribuição à audiência. O vereador
987 **JAIRO FLAUZINO** solicita que seja mantida a ordem no recinto. Afirma que, para participar da
988 reunião, é necessário respeitar a ordem, como todos os demais presentes estão fazendo. Dirige-se
989 ao cidadão Izaurélio, pedindo que ele também mantenha a ordem, e adverte que, caso contrário,
990 infelizmente terá de solicitar que o mesmo se retire do local. Declara que, naquele momento, a
991 opinião do cidadão não é bem-vinda, devido ao seu comportamento alterado. Pede mais um tempo
992 aos presentes, justificando que a situação exige uma pausa, pois o cidadão se encontra bastante
993 exaltado. Defende que é preciso haver respeito no ambiente e que, diante da falta de ordem, será
994 necessário suspender a sessão por mais quinze minutos para que os ânimos se acalmem. Após
995 suspender a sessão por quinze minutos, o vereador **JAIRO FLAUZINO** retoma os trabalhos,
996 pedindo que todos mantenham a calma. Solicita a ordem do ambiente e convida para reiniciar a
997 audiência. Explica que, às vezes, é preciso adotar esse tipo de medida para que as pessoas relaxem
998 e retomem o equilíbrio. Relata que compreende que o cidadão tenha ficado nervoso, o que
999 considera algo natural, mas justifica que a suspensão foi necessária para evitar tumulto. Agradece
1000 a Deus por tudo estar resolvido. Faz uma saudação carinhosa à senhora Lilia, agradecendo sua
1001 presença. Informa a equipe da Polícia Militar que o cidadão que se encontrava alterado se retirou
1002 da Casa, e agradece aos policiais pela presença. Comenta que, embora a senhora tenha dito que
1003 polícia é “para ladrão”, esclarece que a presença da força policial é necessária para garantir a ordem
1004 na Casa Legislativa. Reforça que a Câmara Municipal é um poder do município e que, quando as
1005 solicitações educadas não são atendidas, às vezes é necessário acionar a autoridade competente.
1006 Pede perdão e a compreensão de todos e dá prosseguimento à audiência. O vereador **CARLOS**
1007 **EDUARDO** dirige-se ao cidadão Romário, agradecendo por sua participação na audiência. Afirma
1008 que, ao se observar seu histórico, é possível verificar que passou quatro anos cobrando o prefeito,
1009 mesmo fazendo parte da bancada de apoio à gestão. Relata que trabalhou com Larissa e ainda
1010 presta serviços, além de ter frequentado a casa do saudoso Nitinho, pai do atual prefeito, desde o
1011 tempo em que seu tio Isaías era funcionário naquele local. Revela também que é parente do ex-
1012 prefeito Sérgio Fernandes. No entanto, destaca que, em sua opinião, quem leva a situação para o
1013 lado político é o próprio Romário. Afirma que o cidadão mantém um perfil falso no Instagram,
1014 através do qual publica imagens dos vereadores, faz montagens e promove difamação. Questiona,
1015 então, quem realmente age com partidarismo: ele, que defende sua posição independentemente de
1016 quem seja o prefeito, ou Romário, que se esconde atrás de um perfil falso? Diz achar interessante
1017 o fato de Romário ter comparecido pessoalmente à audiência, mostrando sua identidade diante do
1018 povo, e sugere que faça o mesmo em seu perfil digital. Declara que tem respeito por Larissa, por
1019 todos com quem trabalhou, e também pela família de Romário, incluindo seu pai e sua mãe.

1020 Menciona que, quando o pai de Romário fazia tratamento de saúde, ele próprio o acompanhava,
1021 pois era motorista da Secretaria, e reforça que sempre agiu com respeito. Reitera que não está
1022 conduzindo suas ações com motivação política, mas que Romário, por meio de suas publicações,
1023 sim. Declara que não pretendia responder à provocação, pois o tema foge à pauta da audiência,
1024 mas afirma que há momentos em que não se pode se calar. Finaliza dizendo que suas palavras são
1025 apenas essas. O Secretário de Infraestrutura, **IGOR BEZERRA**, como representante do Poder
1026 Executivo, declara que discorda das afirmações feitas por alguns vereadores de que o Executivo
1027 estaria incitando a população contra a Câmara Municipal. Afirma que aquele é um momento de
1028 união e que essa atitude está longe de fazer parte da índole do Executivo. Pelo contrário, ressalta
1029 que o que o Executivo clama e pede é por união: união da população, do Legislativo com o
1030 Executivo. Destaca que não existe propósito maior para essa união na cidade do que a construção
1031 de habitação para moradia de famílias. Finaliza reforçando que o posicionamento do Executivo é
1032 de distanciamento de qualquer incitação e aproximação permanente com a ideia de união. O senhor
1033 **LINDOALDO CAVALCANTE (PASTOR JÚNIOR) – POPULAÇÃO**, dirige-se ao
1034 excelentíssimo presidente Jairo Flauzino, aos vereadores presentes e ao público que acompanha
1035 pelo YouTube e o Instagram. Cumprimenta a todos e afirma que participa da audiência com grande
1036 responsabilidade e compromisso, para tratar de um tema essencial à dignidade humana: a moradia.
1037 Declara que o direito a uma habitação digna não é apenas uma necessidade social, mas também
1038 um princípio bíblico e um dever moral de todos. Cita o livro de Provérbios, capítulo trinta e um,
1039 versículos oito e nove: “Abra a boca a favor do pobre, pelo direito de todos os que se acham
1040 desamparados. Abra a boca, julgue com justiça e defenda o direito do pobre e do necessitado”.
1041 Afirma que garantir moradia digna é uma forma concreta de cumprir esse mandamento. Dirige-se
1042 aos vereadores, dizendo que a falta de moradia leva sofrimento a muitas famílias, onde crianças
1043 crescem sem segurança, pais lutam sem ter um teto fixo, e idosos vivem em condições difíceis.
1044 Declara que uma casa não é apenas quatro paredes, mas sim um ambiente de proteção, crescimento
1045 e refúgio. Enfatiza que o investimento em habitação beneficia não apenas os moradores
1046 diretamente atendidos, mas toda a cidade, pois reduz a pobreza social, a violência e o desemprego,
1047 além de movimentar a economia e gerar empregos. Afirma apoiar integralmente o projeto
1048 habitacional em questão, destacando que não se trata de ideologia ou partidarismo, mas de
1049 compromisso com o bem comum. Como representante do povo, diz que os vereadores têm o dever
1050 de agir para transformar a realidade de Serra Negra do Norte, garantindo que cada família tenha
1051 um lar seguro. Faz um apelo aos parlamentares para que aprovem o projeto com convicção e
1052 compromisso, colocando o bem-estar da população acima de qualquer interesse secundário. Como
1053 pastor, relata que visita muitas casas e se comove ao ver idosos vivendo em condições precárias,
1054 com salitre nas paredes, falta de portas e ausência de segurança. Declara que vê uma grande
1055 necessidade de aprovação do projeto. Afirma que a fé sem obras é morta e que aquele era o
1056 momento de transformar fé e esperança em ação concreta. Diz que, há mais de vinte anos, presta
1057 trabalho social e espiritual na cidade, sendo um homem recuperado das drogas e do crime por meio
1058 da palavra de Deus, tendo ajudado muitas famílias. Relata que conhece de perto a realidade dos
1059 moradores mais pobres, citando casos de casas com até oito pessoas morando juntas e de uma
1060 residência vizinha à sua onde vivem três famílias, incluindo uma idosa em situação muito difícil.
1061 Diz não compreender tanta resistência ao projeto, pois acredita que ele tirará duzentas pessoas do
1062 aluguel, o que beneficiará diretamente essas famílias e, indiretamente, outras duzentas que poderão
1063 ocupar os imóveis liberados. Afirma que, embora as casas não sejam gratuitas, o cidadão terá, ao
1064 final de trinta anos, a propriedade do imóvel. Questiona se alguém preferiria pagar por trinta anos
1065 em algo que não é seu. Pede aos vereadores que revejam seus posicionamentos, mesmo os que já
1066 declararam voto contrário, como o presidente Jairo Flauzino. Em seguida, menciona uma fala do
1067 vereador Jairo em seu perfil, segundo a qual, se houver terrenos disponíveis, é possível construir
1068 até mil casas. O vereador **JAIRO FLAUZINO** responde que, por meio da Caixa Econômica,
1069 consegue viabilizar mil ou até duas mil casas, desde que haja terrenos disponíveis. O senhor
1070 **LINDOALDO CAVALCANTE (PASTOR JÚNIOR)** propõe, então, aos vereadores, a

1071 desapropriação da área entre a ponte e o posto fiscal, sugerindo que ali poderiam ser construídas
1072 as mil casas mencionadas. O vereador **JAIRO FLAUZINO** informa que essa decisão compete ao
1073 Poder Executivo. O senhor **LINDOALDO CAVALCANTE (PASTOR JÚNIOR)** retruca,
1074 afirmando que o representante do Executivo está presente e pode levar a proposta. Insiste que a
1075 desapropriação dessa área poderia viabilizar a construção das mil casas. Pede que os vereadores
1076 elaborem um requerimento ao Executivo com essa finalidade. Comenta que esteve na área do
1077 aterro e que, em sua opinião, aquele local representa um “elefante branco”, um desperdício de
1078 dinheiro público e um verdadeiro descaso com a população, classificando-o como um tapa na cara
1079 da sociedade de Serra Negra. O vereador **JAIRO FLAUZINO**, com respeito, responde ao pastor
1080 que compreende sua vontade de falar e se expressar, e que, inclusive, deixou-o à vontade para isso.
1081 No entanto, lembra que é necessário seguir a pauta da audiência, e pede compreensão, recordando
1082 que, em outra ocasião, o vereador não teve oportunidade para se pronunciar, o que ele, como
1083 presidente, fez questão de garantir naquele momento. O senhor **LINDOALDO CAVALCANTE**
1084 **(PASTOR JÚNIOR)** finaliza dizendo que acredita que qualquer construção naquele terreno do
1085 aterro não trará bons resultados. Pede, portanto, aos vereadores que analisem o projeto com
1086 carinho, mesmo que tenha havido mudanças, pois essas modificações visam o bem de Serra Negra
1087 e dos mais necessitados. Deseja que Deus abençoe a todos. O vereador **CARLOS EDUARDO**
1088 agradece ao pastor Júnior por suas palavras e declara que, pessoalmente, se o Executivo tiver
1089 recursos financeiros para desapropriar a terra, ele vota favorável. Reforça, contudo, que isso
1090 depende da existência ou não de recursos por parte do Executivo para a aquisição dos terrenos. O
1091 senhor **RENOR A. SILVA - POPULAÇÃO**, inicia sua fala cumprimentando os vereadores,
1092 vereadoras, o vice-prefeito e, especialmente, o povo presente, que, segundo ele, comparece em
1093 busca de seus anseios. Declara ter ouvido muitas versões da verdade durante a audiência, mas
1094 reforça que a verdade só tem uma versão — e que, na verdade, não é versão, é simplesmente a
1095 verdade. Menciona que foi muito falado sobre dois milhões, cinco milhões, três milhões, mas que
1096 até o momento ninguém apresentou um documento assinado por empresa ou pela Caixa
1097 Econômica Federal indicando valores concretos para as obras, como orçamentos ou justificativas.
1098 Relata que, até o momento, o projeto ainda não existe em sua forma completa, e que, como cidadão,
1099 mantém um programa de comunicação via rádio e Instagram com o objetivo exclusivo de
1100 esclarecer a população, sem defender lados políticos. Informa que quando os vereadores optaram
1101 por não votar a urgência, foi feita uma crítica construtiva em seu programa, e que também
1102 convidaram o secretário para discutir o tema. Afirma que as críticas feitas foram pertinentes e
1103 respeitadas, sem insultos ou incitações. Informa que procurou esclarecimentos na própria Caixa
1104 Econômica Federal, onde é correntista e possui bom relacionamento com o gerente. Conta que foi
1105 informado de que a Caixa aprova cadastros, sim, mas com dificuldade. Explica que a aprovação
1106 não depende apenas do CPF estar adimplente, mas de o cidadão se enquadrar nas condições
1107 exigidas. Acrescenta que a prestação das casas de dois quartos não ultrapassa quinhentos reais, o
1108 que, segundo ele, é um fato, e não uma versão. Chama atenção para o fato de que muitos
1109 profissionais em Serra Negra do Norte são liberais e não possuem carteira assinada, MEI ou
1110 microempresa, mas que a Caixa contempla esses profissionais em sua tabela de análise de crédito,
1111 incluindo pedreiros, manicures, cabeleireiros, cozinheiros e vendedores autônomos. Incentiva a
1112 população a cobrar de forma respeitosa dos seus representantes, afirmando que o voto confere ao
1113 cidadão o direito — e mais que isso, o dever — de fiscalizar. Diz que já votou em muitos dos
1114 vereadores presentes e que continuará votando, porque acredita na importância da democracia,
1115 que, segundo ele, não se constrói apenas com palavras, mas com atos. Afirma que o presidente da
1116 Câmara pareceu estar melindrado por o prefeito não ter informado previamente à Casa sobre o
1117 decreto de calamidade, mas esclarece que este é um ato exclusivo do Executivo, conforme
1118 estabelece a Constituição. Ainda assim, admite que teria sido respeitoso por parte do prefeito
1119 informar a Câmara, mas que tal omissão não infringe a lei. Critica o que considera um
1120 comportamento da Câmara de tentar tutelar o Executivo, contrariando o princípio da
1121 independência entre os poderes. Relembra que a Constituição Federal estabelece a existência dos

1122 Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que devem atuar de forma independente e harmônica,
1123 sem submissão de um ao outro e sem criar conflitos desnecessários. Ele afirma que deseja fazer
1124 apenas uma pergunta. Relata que, no dia da votação da urgência, ouviu de todos os vereadores que
1125 seria necessário rever o projeto e estudá-lo com mais profundidade. Declara que não considera
1126 essa posição absurda, mas, em sua opinião, entende que, naquele momento, o Poder Executivo
1127 merecia um voto de confiança. Acrescenta que a população compareceu à Câmara acreditando que
1128 o projeto seria votado integralmente naquela data. No entanto, observa que os vereadores, tanto da
1129 oposição quanto da situação, não esclareceram previamente que, naquele dia, seria deliberada
1130 prioritariamente a urgência do projeto. Ressalta que, se a urgência tivesse sido aprovada, o mérito
1131 do projeto também teria sido votado. Diante disso, conclui que houve uma falha de comunicação
1132 por parte dos vereadores quanto ao esclarecimento à população sobre o real objetivo da votação
1133 naquela sessão. O vereador **JAIRO FLAUZINO** pede a palavra, dirigindo-se ao senhor Renor e
1134 afirmando que, em nenhum momento, a Câmara convidou formalmente a população para aquela
1135 audiência, embora todos sejam sempre bem-vindos às sessões. Esclarece que a convocação partiu
1136 de manifestações populares na rua, não sendo iniciativa da Casa. Faz questão de deixar isso
1137 registrado. O senhor **RENOR A. SILVA - POPULAÇÃO** responde que entende que a Câmara
1138 não solicitou a manifestação, mas ressalta que todos os vereadores, sem exceção, reforçam
1139 constantemente a importância da presença popular nas sessões, seja em falas públicas ou por meios
1140 de comunicação. O vereador **JAIRO FLAUZINO** insiste, pedindo ordem no plenário, e afirma
1141 que o senhor Renor fez uma acusação ao dizer que a Câmara não informou a população, o que,
1142 segundo ele, é grave. O senhor **RENOR A. SILVA - POPULAÇÃO** nega que tenha feito uma
1143 acusação, dizendo que se trata apenas de uma observação. O vereador **JAIRO FLAUZINO**
1144 solicita que seja mantida a ordem, pede que o cidadão Joésio se comporte, e afirma que está apenas
1145 exercendo sua obrigação como presidente ao responder à população. Alega que houve a insinuação
1146 de que a Câmara não informou a população, o que não considera justo. Solicita que Felipe,
1147 responsável pela gravação, separe o trecho da fala do senhor Renor em que ele diz que a Câmara
1148 não informou a população, para que possa ser publicado. O senhor **RENOR A. SILVA -**
1149 **POPULAÇÃO** responde que, se o presidente da Câmara interpreta sua fala como uma acusação,
1150 está exagerando. Reforça que sua intenção foi apenas fazer uma observação e reafirma que não
1151 ouviu de nenhum vereador a informação clara de que seria votada apenas a urgência naquela data.
1152 Para ele, os vereadores deveriam ter esclarecido melhor à população o que seria deliberado naquele
1153 momento. Afirma que, se dizem que a participação popular é importante, é dever da Câmara tornar
1154 essa participação efetiva, inclusive por meio de convites e maior abertura. Critica ainda os
1155 compromissos partidários dos vereadores, lembrando que todos são filiados a algum partido, mas
1156 que tais compromissos são circunstanciais e podem mudar. Defende que os compromissos
1157 firmados com os eleitores durante a campanha eleitoral são anteriores e mais duradouros, tendo
1158 validade de quatro anos, devendo, portanto, ser priorizados. Ao final, faz uma pergunta: deseja
1159 saber dos vereadores que votaram contra a urgência no primeiro momento, se, após as novas
1160 informações apresentadas pela Caixa e pelo engenheiro, eles manterão sua posição ou se irão
1161 honrar o compromisso assumido com os eleitores durante a campanha, considerando que os
1162 compromissos partidários mudam, mas o compromisso com a população dura quatro anos. O
1163 vereador **CARLOS EDUARDO** agradece a fala do senhor Renor e esclarece que, em nenhum
1164 momento, utilizou o microfone ou suas redes sociais para se declarar contra a construção de casas.
1165 Informa que o projeto está em trâmite e que a Comissão de Infraestrutura da qual faz parte ainda
1166 se reunirá para emitir parecer. Garante que o projeto será votado na próxima quarta-feira, conforme
1167 determina o Regimento Interno da Casa, e reafirma ser a favor da construção das casas. A
1168 vereadora **VANIA FERNANDES** também se pronuncia, dizendo que nenhum dos vereadores se
1169 declarou contra a construção de casas, em nenhum momento. Explica que cada vereador tem seu
1170 próprio entendimento sobre o processo e que esse entendimento deve ser respeitado. O vereador
1171 **JAIRO FLAUZINO** dirige-se aos novos participantes e explica que, para não haver necessidade
1172 de interrupções, deseja fazer alguns esclarecimentos. Informa que permitiu que o Pastor Júnior se

1173 estendesse na pergunta por respeito à fé, assim como concedeu tempo maior a Renor por ser
1174 radialista. No entanto, reforça que o objetivo da audiência é responder perguntas. Declara que
1175 discursos podem ser feitos nas redes sociais, nas ruas, nas escolas e nos locais de trabalho, mas
1176 que, naquele espaço, o ideal é que os participantes se concentrem em perguntas objetivas e diretas,
1177 para que o encontro seja mais concreto e eficaz. O senhor **JOÃO PAULO DA SILVA -**
1178 **POPULAÇÃO**, cumprimenta todos os presentes e afirma ter três perguntas a fazer, sendo duas
1179 específicas e uma direcionada livremente a qualquer vereador. A primeira pergunta é dirigida à
1180 vereadora Vaninha. Ele deseja saber quanto foi arrecadado em dinheiro com os terrenos leiloados
1181 e quanto foi investido na aquisição do outro terreno. Relata ter ouvido a vereadora mencionar esse
1182 assunto e deseja compreender, de forma clara, quanto foi arrecadado, quanto foi investido e de que
1183 forma esse recurso foi aplicado. Afirma que muito se fala sobre a aquisição de terrenos, mas pouco
1184 se sabe sobre os valores efetivamente envolvidos. Na segunda pergunta, que classifica como livre,
1185 João Paulo afirma recordar claramente que vereadores ligados ao partido do ex-prefeito estiveram
1186 nos palanques durante a campanha, prometendo moradias, progresso, emprego e felicidade para o
1187 povo. Declara que, agora, esses mesmos vereadores não assinam os projetos para construção de
1188 casas e que, com isso, tudo fica parado. Afirma que, atualmente, ninguém sabe ao certo se haverá
1189 ou não a construção das casas, enquanto a população sofre com aluguéis caros e falta de moradia.
1190 Acusa os vereadores que, em primeiro momento, votaram contra a urgência do projeto, de estarem
1191 traindo os eleitores. Questiona se esses parlamentares se sentem felizes ou realizados, mesmo
1192 sabendo que estão causando dor, desespero e regressão à população. Pergunta se sentem que
1193 cumpriram seu dever, mesmo sabendo que, com tal posicionamento, estariam decretando o fim de
1194 suas carreiras políticas, por não estarem sendo responsáveis com o que prometeram durante a
1195 campanha. Afirma que o que estão oferecendo ao povo, no lugar de moradia e progresso, é uma
1196 verdadeira apunhalada nas costas. O vereador **JAIRO FLAUZINO** responde brevemente,
1197 informando que já havia se posicionado anteriormente quanto ao seu voto e considera que sua
1198 explicação ficou bem clara para todos os presentes. O vereador **JOSÉ DE ARIMATÉIA** também
1199 responde à fala de João Paulo. Afirma que, ao contrário do que foi dito, não votou contra o projeto
1200 das casas. Explica que seu voto foi contrário apenas à urgência, e não ao mérito do projeto.
1201 Esclarece que o projeto de construção de casas ainda está em tramitação, e que não houve votação
1202 nem aprovação ou reprovação quanto ao conteúdo do projeto habitacional. Reforça que jamais se
1203 posiciona contra a construção de moradias e informa que, inclusive, encaminhou ofício a Brasília
1204 solicitando a construção de quatrocentas casas para Serra Negra do Norte, sendo esse pedido
1205 devidamente protocolado. O vereador **CARLOS EDUARDO** parabeniza o cidadão João Paulo
1206 por sua participação. Declara que o compromisso assumido em palanque permanece válido, tanto
1207 com João Paulo quanto com toda a população de Serra Negra. Informa que já tramitaram outros
1208 projetos do Executivo em caráter de urgência, como o do piso do magistério, que foram aprovados
1209 pela Câmara. Garante que, na Casa Legislativa, não há partidatismo, mas sim compromisso com
1210 o que é certo. Ressalta que, quanto ao projeto do terreno, o pedido de mais tempo foi feito em
1211 conjunto com o vereador Eraldo, visando apenas o envio do projeto às comissões para que
1212 pudessem analisar com mais profundidade e eventualmente propor emendas. Finaliza dizendo que
1213 o compromisso com o povo, que ele assumiu pessoalmente durante a campanha, permanece firme,
1214 independentemente de quem esteja ocupando o cargo de prefeito. A vereadora **VANIA**
1215 **FERNANDES** agradece a pergunta formulada pelo cidadão João Paulo. Esclarece que, ao votar
1216 favoravelmente ao projeto que autorizava o leilão de terrenos, seu objetivo era viabilizar uma
1217 desapropriação de área, tendo em vista que o município de Serra Negra do Norte, à época, não
1218 possuía terrenos disponíveis para construção habitacional. Explica que, sem a existência de
1219 terreno, não seria possível firmar convênio com a Caixa Econômica Federal, pois a ausência de
1220 área inviabilizaria a construção. Mesmo que o Governo Federal destinasse unidades habitacionais
1221 ao município, o convênio seria devolvido pela impossibilidade de execução. Reforça que a
1222 arrecadação obtida nos leilões foi pensada justamente para custear essa desapropriação. No
1223 entanto, declara que não se sente à vontade para afirmar o valor exato arrecadado, a fim de evitar

1224 qualquer imprecisão. Informa que os valores constam na contabilidade da Prefeitura e também
1225 podem ser consultados no Portal da Transparência, ficando à disposição para repassá-los
1226 posteriormente ao cidadão. O vereador **JAIRO FLAUZINO** solicita que seja mantida a ordem no
1227 plenário e pede que os participantes permitam que a vereadora conclua sua explicação. Ressalta
1228 que a pergunta feita não está diretamente ligada à pauta da audiência, que trata da doação do
1229 terreno, e que, portanto, a vereadora não tem obrigação de respondê-la. Ainda assim, reconhece a
1230 gentileza e a boa vontade da parlamentar em esclarecer o tema, solicitando que todos sejam
1231 igualmente educados com os vereadores. A vereadora **VANIA FERNANDES** retoma a palavra e
1232 dirige-se diretamente ao cidadão João Paulo, reiterando que, apesar do tema fugir à pauta da
1233 audiência, ele tem todo o direito de fazer a pergunta. Reforça que buscará a informação exata no
1234 Portal da Transparência, como qualquer cidadão pode fazer, e apresentará os dados concretos em
1235 sessão posterior. Afirma que prefere não mencionar valores aproximados para não correr o risco
1236 de errar, mas se compromete a apresentar o valor exato e indicar os caminhos para consulta pública.
1237 Garante que todas as pessoas com acesso ao Portal da Transparência podem conferir essas
1238 informações diretamente. O presidente **JAIRO FLAUZINO** informa ao plenário que o vereador
1239 Eraldo Alves possui os dados solicitados. Pede novamente que seja mantida a ordem no plenário,
1240 comparando o comportamento de alguns participantes ao ambiente de uma sala da quarta série.
1241 Em seguida, convida o vereador Eraldo a apresentar sua contribuição. O vereador **ERALDO**
1242 **ALVES** explica que não possui os números exatos no momento, mas lembra que o leilão
1243 autorizado pela Câmara não envolvia apenas terrenos, incluindo também outros bens como
1244 equipamentos e máquinas. Informa que o valor arrecadado no leilão superou um milhão de reais.
1245 Em relação ao terreno adquirido, relata que se trata de uma área entre vinte e uma e vinte e três
1246 hectares, cujo custo foi superior a seiscentos mil reais, com preço aproximado de trinta e três mil
1247 reais por hectare. Reitera que não apresenta os números com exatidão, mas afirma que os valores
1248 estão nessa faixa. A senhora **MARIA LÚCIA DE SALES - POPULAÇÃO** toma a palavra,
1249 cumprimenta todos os presentes e informa que participa pela primeira vez de uma reunião com os
1250 vereadores. Declara ser uma pessoa sincera e objetiva, e afirma que só fala aquilo de que tem
1251 conhecimento. Diz que, em tempos de eleição, costuma ver vereadores indo de porta em porta,
1252 especialmente nas casas das pessoas mais humildes, e critica o fato de, segundo ela, esses contatos
1253 só acontecerem de quatro em quatro anos. Afirma que antes disso os parlamentares não aparecem.
1254 O presidente **JAIRO FLAUZINO** intervém, pedindo que a cidadã se atenha às perguntas,
1255 conforme o propósito da audiência. A senhora **MARIA LÚCIA DE SALES - POPULAÇÃO**
1256 insiste, dizendo que deseja desabafar o que sente. O vereador **JAIRO FLAUZINO** pede desculpas
1257 e solicita que o microfone da participante seja desligado. A senhora **MARIA LÚCIA DE SALES**
1258 – **POPULAÇÃO** continua sua manifestação mesmo sem microfone, afirmando que fará sua
1259 pergunta com a própria voz. Compara o presidente Jairo Flauzino a Judas Iscariotes, acusando-o
1260 de traição. Declara que ele traiu os eleitores, mudando de lado após eleito, e afirma que, agora, o
1261 mesmo diz que não vota no projeto. Diante do tumulto, o presidente **JAIRO FLAUZINO** informa
1262 que suspenderá a sessão por cinco minutos, em decorrência da manifestação da senhora Maria
1263 Lúcia. Pergunta se há algum familiar presente que possa acompanhá-la, sugerindo que ela sente-
1264 se e tome um copo d'água, a fim de acalmar-se, ressaltando a necessidade de manter a condução
1265 adequada da sessão. Após a suspensão da sessão por cinco minutos devido à fala da senhora Maria
1266 Lúcia de Sales, o vereador **JAIRO FLAUZINO** retoma os trabalhos. Dirige-se ao plenário e
1267 questiona se será possível continuar a audiência ou se haverá necessidade de cancelamento da
1268 sessão. Faz um apelo à senhora Maria, pedindo que não continue com aquele tipo de
1269 comportamento, pois considera tal atitude feia. O senhor **CABORÉ - POPULAÇÃO** dirige-se
1270 aos vereadores com uma pergunta simples e objetiva. Afirma que compreende o argumento dos
1271 parlamentares, que solicitaram tempo para leitura e entendimento do projeto antes de se
1272 posicionarem. No entanto, questiona se, após a realização da primeira, da segunda e da terceira
1273 audiência pública, os vereadores já têm uma definição sobre a votação do projeto. Pergunta se já
1274 sabem se votarão a favor ou contra e se já há uma solução concreta para o problema, solicitando

1275 que todos os vereadores respondam de uma só vez. O vereador **CARLOS EDUARDO** agradece
1276 a participação do cidadão Caboré e esclarece que é favorável à construção das casas. Explica que
1277 o projeto ainda não está em pauta para votação, sendo aquela sessão apenas uma audiência pública.
1278 Contudo, afirma que, quando o projeto for colocado em votação, seu voto será favorável. O
1279 vereador **FRANCISCO INÁCIO** parabeniza o colega Carlos Eduardo por seu posicionamento,
1280 que classifica como um voto de honra às mães de família. Diz sentir orgulho e felicidade ao saber
1281 que o projeto será aprovado, o que permitirá que o sonho das famílias se torne realidade. Declara
1282 que sempre se posicionou favoravelmente ao projeto, pois está ao lado da população, seja nos
1283 momentos de alegria ou nos de dificuldade. O vereador **ERALDO ALVES** manifesta-se em
1284 resposta à pergunta feita por Caboré. Afirma que os vereadores da bancada de situação, desde o
1285 primeiro momento, se posicionam de forma favorável ao projeto, inclusive em relação à urgência,
1286 que também votaram a favor. Declara que respeita os colegas que optaram por votar contra a
1287 urgência, mas reforça que o único vereador que até o momento se manifesta publicamente contra
1288 o projeto é Jairo. Informa que nas conversas realizadas nas comissões e em reuniões internas, há
1289 entendimento e expectativa de que o projeto será aprovado na próxima semana, se Deus quiser.
1290 Ressalta que nenhuma manifestação recente dos colegas indica voto contrário, o que o leva a crer
1291 que a aprovação ocorrerá. Afirma que várias dúvidas já foram sanadas e reforça que acredita que
1292 o projeto será aprovado, por se tratar do melhor para a cidade de Serra Negra do Norte. O vereador
1293 **STENIO GOMES** também responde à pergunta de Caboré, afirmando que considera a questão
1294 pertinente. Declara que, desde o início, tanto na votação da urgência quanto no mérito do projeto
1295 das casas, sempre se posicionou de forma favorável. Agradece ao colega Tiago por também se
1296 manifestar a favor e afirma que espera que o projeto seja aprovado por todos os vereadores na
1297 próxima sessão, em benefício da população de Serra Negra do Norte, que hoje possui um déficit
1298 habitacional superior a quinhentas famílias. A senhora **LIZANDRA CAVALCANTE –**
1299 **POPULAÇÃO** declara que participa da audiência em defesa de sua causa, da causa de sua
1300 cunhada, de suas primas e do povo. Afirma que não possui casa própria e reside de favor. Cita a
1301 fala do vereador Stenio, que mencionou mais de quinhentas famílias em Serra Negra que precisam
1302 de moradia, e reforça que sua participação é motivada por essa necessidade. Dirige a primeira
1303 pergunta ao secretário Igor, pedindo que esclareça, mais uma vez, se uma pessoa que recebe apenas
1304 um salário mínimo tem chance de aprovação no financiamento, já que novas pessoas chegaram à
1305 audiência e podem não ter ouvido a explicação anterior. Em sua segunda pergunta, dirigida à
1306 bancada, questiona se o projeto poderia ter sido votado naquele dia. Lembra que se falou
1307 anteriormente que a urgência era "gritante", mas já se passou um mês e o tema continua sendo
1308 discutido sem resolução. Aproveita para expressar sua dor como eleitora e cidadã. Relata que
1309 participou de um protesto nas ruas em favor da aprovação do projeto de habitação, pois não tem
1310 casa. Diz ter ficado muito triste ao ver que um candidato em quem confiou e a quem deu seu voto
1311 fez publicações nas redes sociais zombando da manifestação, classificando o protesto como "de
1312 gato pingado" e dizendo que "estava cagando para voto de eleitor". Dirige-se diretamente ao
1313 vereador Jairo Flauzino e pergunta se ele não sabe que um protesto pode ser feito até por uma
1314 única pessoa. O Secretário de Infraestrutura, **IGOR BEZERRA**, responde à pergunta da cidadã
1315 Lizandra. Agradece pela colocação e reforça que toda pergunta ou dúvida apresentada é pertinente
1316 para o esclarecimento da população. Confirma que, sim, uma pessoa que ganha um salário mínimo
1317 e possui um dependente já se enquadra nos critérios de financiamento da Caixa Econômica
1318 Federal, inclusive com isenção de entrada, como já havia mencionado anteriormente. A senhora
1319 **SHEYLA GOMES - POPULAÇÃO** identificando-se como empresária, cumprimenta a todos os
1320 presentes e dirige uma pergunta direta aos vereadores. Afirma ter ciência de que alguns
1321 parlamentares foram contra a urgência do projeto, mas observa que há uma insistência constante
1322 na questão da entrada de vinte mil ou quarenta mil reais como obstáculo. Questiona se os
1323 empregadores, como ela mesma, que empregam esses funcionários, e pergunta se eles também não
1324 têm a capacidade de dar esse valor de entrada. O vereador **JAIRO FLAUZINO** responde à
1325 senhora Sheyla, esclarecendo que, em nenhum momento, afirmou que as pessoas não teriam

1326 condições de arcar com a entrada. Ressalta que, no início das discussões sobre o projeto, houve
1327 pessoas que acreditavam que as casas seriam gratuitas, e algumas chegaram a se retirar da sessão
1328 anterior ao descobrirem que não seriam. Explica que a intenção sempre foi deixar claro que existe,
1329 sim, uma entrada a ser paga. Acrescenta que fica feliz em saber que há possibilidade de uso do
1330 FGTS para ajudar no pagamento da entrada, mas ressalta que, como empresária, a senhora Sheyla
1331 deve saber que a realidade da maioria dos trabalhadores de Serra Negra do Norte é outra. Afirma
1332 que acredita que apenas cerca de dez por cento dos trabalhadores têm um FGTS íntegro e intacto.
1333 Explica que a maioria costuma sacar o fundo para outras finalidades, como compra de motos,
1334 carros ou reformas em casa, o que compromete o uso futuro do recurso. Ressalta que muitos
1335 trabalhadores, ao atingir determinado tempo de trabalho, pedem para dar baixa no contrato para
1336 sacar o FGTS, sendo essa uma prática comum, inclusive com ameaças de troca de emprego.
1337 Explica que, por isso, tenta mostrar à população a realidade da entrada no financiamento e reforça
1338 que nunca foi dito que o problema era o valor ou a capacidade financeira dos cidadãos. Declara
1339 que sua preocupação principal é com a forma como o projeto chegou à Câmara e reitera que esse
1340 é o ponto que o leva a não votar favorável. Encerra pedindo que seja mantida a ordem e informa
1341 aos que não se inscreveram que não pode mais segurar. O vereador **FRANCISCO INÁCIO**
1342 também responde à fala de Sheyla, agradecendo pela pergunta. Declara-se feliz e emocionado com
1343 a participação dela. Relata que ouviu comentários questionando por que, se fossem galpões, não
1344 haveria tanta discussão, enquanto a habitação — que é uma necessidade urgente da população —
1345 encontra obstáculos. Parabeniza Sheyla por sua coragem em fazer a pergunta e por compreender
1346 o lado das famílias trabalhadoras. Ressalta que muitas pessoas guardam, com sacrifício, cada
1347 centavo, esperando dias melhores, e acredita que esse esforço será recompensado com a conquista
1348 da casa própria. O Secretário de Desenvolvimento Econômico, **BERNARDO CAVALCANTE**,
1349 dirige-se ao presidente da audiência, aos vereadores e à população presente. Pede permissão para
1350 fazer uma ponderação antes de sua pergunta, conforme permitido a outros participantes. Declara
1351 que deseja explicar o motivo da indignação da população, das manifestações e do clima acalorado
1352 que se instalou em torno do projeto. Ressalta que a maior preocupação das pessoas não é com a
1353 entrada, nem com as parcelas ou condições de financiamento, mas sim com o temor de que o
1354 projeto não saia do papel. Afirma que a população está frustrada por ter ouvido promessas repetidas
1355 nos últimos anos sem ver resultados concretos. Diz que, embora as demais questões devam ser
1356 debatidas com transparência, o principal motivo da indignação popular é a incerteza sobre a
1357 execução do projeto. Em seguida, dirige uma pergunta diretamente ao presidente da Câmara,
1358 vereador Jairo Flauzino, citando que ele justificou seu voto contrário não com base no mérito do
1359 projeto em si, mas sim na forma como o projeto chegou à Casa Legislativa e na condução do
1360 decreto de calamidade. Afirma que, ao contrário de outros vereadores que fizeram ponderações
1361 diretamente relacionadas ao conteúdo do projeto, Jairo usa argumentos paralelos. Menciona ainda
1362 que o próprio presidente afirma ser contra "narrativas", embora, segundo ele, seja um dos que mais
1363 as constrói. Por fim, questiona diretamente: por que o presidente da Câmara, vereador Jairo
1364 Flauzino, age com tanta hipocrisia? O vereador **JAIRO FLAUZINO** responde ao Secretário de
1365 Desenvolvimento Econômico, Bernardo Cavalcante, afirmando que retribuirá sua colocação com
1366 uma pergunta. Questiona diretamente qual narrativa foi criada por ele, solicitando que seja citada
1367 ao menos uma. Declara que Bernardo afirmou que havia diversas, mas que não apresentou
1368 nenhuma. Reafirma que já respondeu essa questão diversas vezes e que continuará respondendo.
1369 Informa que esteve pessoalmente no terreno em questão, onde mostrou à população a existência
1370 de outro talvegue, além do que já havia sido apontado. Explica que, do mesmo modo que o
1371 primeiro terreno foi rejeitado pela Caixa Econômica por causa da presença de talvegue, esse outro
1372 ponto também poderia ser considerado impróprio pela mesma razão. Relata que conversou com
1373 outros engenheiros e que não se pode considerar apenas a avaliação de um único profissional, pois
1374 outro engenheiro pode apresentar uma solução diferente. Defende que suas falas não são
1375 narrativas, mas estudos com base em visitas técnicas e informações verificadas in loco. Justifica
1376 que um dos motivos pelos quais não vota no projeto é a forma como ele foi encaminhado à Câmara,

1377 sem o devido diálogo e respeito institucional com o Poder Legislativo. Reafirma que, se houver
1378 um acordo entre Executivo e Legislativo, com clareza sobre os benefícios e prejuízos, estará
1379 disposto a dialogar. Afirma que foi apresentada uma proposta alternativa de terreno, entre o
1380 primeiro e o segundo talvegue, que comportaria cento e setenta e três casas, ou seja, uma a mais
1381 do que o terreno anterior, sem afetar a área do Distrito Industrial. Reitera que não se trata de
1382 narrativa, mas de dados técnicos levantados por ele próprio, com base em estudo, visitas e
1383 registros. O Secretário de Infraestrutura, **IGOR BEZERRA**, solicita a palavra e responde à fala
1384 do vereador Jairo Flauzino. Declara que, antes do envio do projeto à Câmara Municipal, o Poder
1385 Executivo convocou duas reuniões com todos os vereadores, tanto da oposição quanto da situação.
1386 Informa que, nessas ocasiões, pontos importantes foram discutidos, e alguns vereadores, inclusive
1387 com experiência de mandatos anteriores, reconheceram que nunca haviam presenciado esse tipo
1388 de iniciativa por parte de um prefeito no início de mandato. Acrescenta que, nas duas reuniões
1389 realizadas, o vereador Jairo Flauzino foi o único parlamentar que não compareceu. Embora entenda
1390 que a ausência tenha sido justificada, ressalta que os encontros ocorreram e que todos os outros
1391 vereadores estavam presentes, incluindo ele próprio e o prefeito. O vereador **JAIRO FLAUZINO**
1392 responde ao Secretário Igor Bezerra, dizendo que entende perfeitamente a colocação feita e
1393 esclarece que sua ausência se deu por estar em viagem. Entretanto, segundo relatos do vereador
1394 Nêgo de Eriberto e de outros colegas, afirma que, durante a reunião com o procurador do
1395 município, foi dito categoricamente que o projeto seria aprovado, com ou sem o consentimento da
1396 Câmara. Considera que esse tipo de colocação não respeita o Poder Legislativo, que exige diálogo
1397 e reciprocidade. Cita ainda que o próprio Executivo insistiu que construirá duzentas casas, e afirma
1398 que esse tipo de imposição não é apropriada. Relembra que o secretário Igor já foi vereador e,
1399 portanto, conhece as responsabilidades do cargo, independentemente de estar na situação ou na
1400 oposição. Conclui que, assim como nas guerras, separações e até na vulnerabilidade dos jovens, a
1401 falta de diálogo é o que gera os maiores problemas, e defende que é essencial haver entendimento
1402 entre os poderes. O senhor **JOÉSIO FÉLIX - POPULAÇÃO** pede a palavra e dirige-se aos
1403 vereadores, ao presidente da audiência e ao público presente. Reforça uma informação já
1404 compartilhada anteriormente, dizendo que conversou com Betânia, irmã do vereador Nêgo de
1405 Eriberto, que possui uma construtora em João Pessoa e cujo esposo também é construtor. Segundo
1406 ele, Betânia afirmou que, para casas de dois quartos, não haverá necessidade de entrada, e que essa
1407 é a prática adotada em moradias populares, conforme a experiência dela. Joésio acrescenta que,
1408 em sua visão, todas as pessoas que possuem carteira assinada em Serra Negra do Norte e não
1409 tiverem restrição no CPF conseguirão se enquadrar nos critérios de financiamento. Em seguida,
1410 questiona o vereador Jairo Flauzino sobre postagens feitas em suas redes sociais, nas quais,
1411 segundo ele, o vereador teria atacado empresários, sugerindo que estariam agindo por interesse
1412 próprio na construção das casas. Pede que o presidente da Câmara seja claro e explique qual seria
1413 esse suposto interesse. Afirma ser fabricante, assim como a empresária Sheyla, e ressalta que
1414 ambos enfrentam dificuldade em encontrar mão de obra na cidade. Conta que há pessoas de fora
1415 querendo se mudar para Serra Negra do Norte para trabalhar, mas que não o fazem por falta de
1416 moradia. Reconhece que, para os empresários, o benefício da construção de casas será a ampliação
1417 da oferta de mão de obra, mas questiona que tipo de “fatia de bolo” alguns empresários estariam
1418 tentando dividir, como teria sido insinuado em reunião anterior. Prossegue relatando que, em outra
1419 ocasião, o presidente da Câmara teria dito que, se ele — Joésio — doasse seu terreno localizado
1420 no Distrito Industrial, votaria a favor do projeto. Solicita que essa fala seja esclarecida, pois
1421 considera que nenhum vereador eleito para representar o povo deve condicionar sua atuação à
1422 doação de patrimônio privado, principalmente se isso representar prejuízo pessoal a ele ou a outro
1423 empresário, como Zé Cleiton. Finaliza sua fala dirigindo-se diretamente ao vereador Jairo
1424 Flauzino, dizendo: “remédio para cara de pau é óleo de peroba”. O vereador **JAIRO FLAUZINO**
1425 dirige-se ao cidadão Joésio Félix para responder às suas perguntas. Inicia questionando se há
1426 alguma prova de que ele, vereador Jairo, teria afirmado que os empresários têm interesses próprios
1427 no projeto. Esclarece que, quando tratou do assunto, apenas fez perguntas e insinuações, e não

1428 acusações diretas. Ressalta que qualquer cidadão é livre para convocar reuniões, inclusive ele
1429 próprio, e reafirma que jamais atacou empresários, como Joésio o acusa. Solicita que, caso alguém
1430 afirme o contrário, que o apresente pessoalmente para que haja diálogo. O vereador afirma que
1431 percebe que o tom dos ataques ultrapassou o debate público e tomou um caráter pessoal. Diz, com
1432 sinceridade, que nunca falou com o cidadão Bernardo e que Letícia, mencionada como "Lelê", o
1433 bloqueou nas redes sociais. Alega que tentou explicar a ambos que estavam equivocados ao
1434 interpretarem que ele os havia atacado, e que vem sendo alvo de críticas constantes. Cita que a
1435 cidadã Lizandra também o criticou duramente, inclusive dizendo que sentia vontade de remover o
1436 próprio dedo por ter votado nele. Reconhece o direito dela de manifestar sua opinião, mas
1437 argumenta que essas falas atingem sua moral. Ressalta que os ataques que recebe são feitos sem
1438 que ele tenha direito de réplica ou tréplica, e que isso o coloca em desvantagem diante de ofensas
1439 públicas. Relembra que, durante conversa com o vereador Eraldo, mencionou que empresários,
1440 como Zé Cleiton, teriam dito que não tinham interesse em terrenos. Afirma que entendeu isso
1441 como um sinal de independência e estabilidade dos empresários, algo pelo qual se sente grato.
1442 Admite que fez uma fala sarcástica sobre a doação de terrenos, estilo que diz ser característico seu
1443 e que usa frequentemente como forma de responder perguntas com novas perguntas. Justifica essa
1444 postura dizendo que aprendeu com Jesus Cristo, que também recorria a perguntas para provocar
1445 reflexão, e comenta que os funcionários de Joésio que estavam presentes iam ter aumento. Reforça
1446 que sua fala sobre aceitar o projeto caso receba doação de terreno foi feita de forma sarcástica e
1447 que chegou a comentar sobre isso com Júnior e com Eraldo. Garante que não deseja nem precisa
1448 de terrenos de ninguém, e que nunca necessitou desse tipo de benefício para viver. Pede que as
1449 questões pessoais sejam superadas em nome do bem coletivo e afirma que não guarda mágoas de
1450 nenhum dos presentes. Reconhece que há interesse público na aquisição de terrenos para moradia
1451 e que a política, muitas vezes, acirra ânimos e gera disputas. Critica o comportamento de alguns
1452 que falam que ele é "vereador de um mandato", e declara que talvez nem conclua o atual, pois não
1453 tem pretensão de seguir carreira política. Diz que, embora o salário de vereador seja bom, não
1454 depende dele para viver. Declara-se uma pessoa pobre, mas esclarece que é financeiramente
1455 independente. Finaliza reafirmando que, sim, há interesse geral pela construção de casas em Serra
1456 Negra do Norte, mas que, da forma como o projeto foi apresentado à Câmara, não votará a favor.
1457 Reitera que já deixou claro seu voto contrário. Afirma, no entanto, que, caso o Poder Executivo
1458 procure a Câmara para dialogar e alinhar os pontos pendentes, estará aberto a votar
1459 favoravelmente. Caso contrário, mantém sua posição de voto contrário. Encerrando sua fala,
1460 informa que as perguntas foram finalizadas e passa a palavra ao vice-prefeito municipal, que se
1461 encontra presente na audiência, destacando-o como seu querido amigo, Evanildo. O vice-prefeito
1462 **EVANILDO ROSA** cumprimenta o senhor presidente da Câmara, os vereadores, as vereadoras,
1463 o público presente e os cidadãos que acompanham a audiência pública por meio das redes sociais.
1464 Afirma que deseja dar sua contribuição neste dia de reunião entre o Poder Legislativo e a
1465 população, destacando que aqueles que estão presentes acompanham o processo de perto, enquanto
1466 os que estão distantes também acompanham pelos meios digitais. Inicia sua fala mencionando o
1467 primeiro artigo da Constituição Federal, que afirma que todos são iguais perante a lei. Comenta
1468 que, se de fato todos fossem tratados como iguais, aquela reunião não estaria ocorrendo, pois todos
1469 já teriam casa, escola e saúde. Ressalta que a desigualdade começa exatamente nesse ponto, onde
1470 há justiça para uns e injustiça para outros. Lamenta que, no Brasil, ainda não se tenha alcançado a
1471 verdadeira igualdade constitucional. Parabeniza o presidente Jairo Flauzino pela condução da
1472 audiência pública e pela organização da pauta do dia, destacando a importância do debate sobre o
1473 desdobramento do projeto encaminhado pelo Poder Executivo em caráter de urgência. Reconhece
1474 que o tema precisava ser discutido e que isso é parte natural do funcionamento do Legislativo.
1475 Recorda sua convivência como vereador com a maioria dos parlamentares que compõem a atual
1476 legislatura, inclusive com o então vereador Igor Bezerra, atual secretário. Diz que sempre foi
1477 discreto e que, durante o seu mandato, falava pouco e ouvia muito. Ressalta que, durante os quatro
1478 anos de exercício parlamentar, esteve presente em todas as reuniões, somando entre cento e oito a

1479 cento e dez sessões ordinárias, sem nunca se ausentar, se atrasar ou sair antes do término. Afirma
1480 que essa dedicação foi reconhecida pela população nas urnas. Destaca que o momento vivido em
1481 Serra Negra do Norte é ímpar, marcado por manifestações e inconformidade da população em
1482 relação à falta de moradia. Reforça que a reivindicação é justa, pois só compreende a urgência da
1483 casa própria quem precisa tirar do sustento da família, todos os meses, uma quantia para pagar
1484 aluguel. Afirma que há famílias formadas por até oito ou dez pessoas que vivem em residências
1485 pequenas e improvisadas, muitas vezes na casa de sogros ou outros parentes. Por isso, enfatiza que
1486 a construção de moradias é sim uma urgência real e legítima. Compara a situação da moradia à
1487 espera de uma chuva durante uma seca de dez anos: uma espera constante, uma esperança renovada
1488 a cada ano e um sofrimento crescente. Informa que já se completam quase dez anos sem a
1489 construção de casas no município, e isso justifica o clamor atual da população, que vem às ruas, à
1490 Câmara e às redes sociais manifestar sua impaciência. Reforça que a manifestação popular é válida
1491 e legítima, ainda que em alguns momentos ocorra de forma mais exaltada. Ressalta que o Poder
1492 Executivo, do qual faz parte, entende essa realidade e age com responsabilidade. Declara que
1493 pouco utiliza as redes sociais, pois acorda às quatro horas da manhã e já está em seu local de
1494 trabalho por volta das cinco e meia, permanecendo até as dezoito horas. Diz não ter tempo para se
1495 envolver em polêmicas ou fomentar desunião, e afirma com veemência que não incentiva qualquer
1496 tipo de confronto entre a população e os poderes constituídos. Demonstra esperança de que, na
1497 próxima quarta-feira, a situação será resolvida e que o projeto terá um desfecho. Parabeniza todos
1498 os que usaram a palavra durante a audiência, destacando que tanto as opiniões quanto as respostas
1499 foram expressas de maneira clara e respeitosa. Compartilha uma experiência pessoal vivida
1500 recentemente em uma farmácia, que o marcou profundamente. Relata que, com a liberação pelo
1501 Governo Federal do fornecimento gratuito de fraldas para pessoas idosas e com deficiência,
1502 entregou o benefício a uma mulher que cuida de um familiar acamado. Diz que essa mulher
1503 levantou as mãos ao céu e agradeceu dizendo: “meu aluguel”, demonstrando que a economia feita
1504 com as fraldas seria destinada ao pagamento do aluguel. Comenta que se comoveu profundamente
1505 com esse gesto, pois compreende, como pai e cidadão, o valor de cada centavo economizado em
1506 situações de vulnerabilidade. Recorda sua própria história de vida, relatando que nasceu em uma
1507 família pobre, com dezesseis irmãos, e perdeu a mãe aos dez anos de idade, tendo que cuidar dos
1508 cinco irmãos mais novos. Afirma que venceu todas as dificuldades com trabalho, respeito e
1509 honestidade, e por isso se coloca sempre no lugar do outro em qualquer situação. Finaliza sua fala
1510 agradecendo a todos os presentes, reafirmando que jamais promoveu qualquer atitude que causasse
1511 desarmonia na cidade e que sai da audiência de cabeça erguida, tendo ouvido atentamente todas as
1512 falas, críticas e desabafos. Expressa sua fé de que dias melhores virão para Serra Negra do Norte,
1513 e declara que, a partir da próxima quarta-feira, acredita que a cidade terá um novo rumo. Deseja
1514 que Deus seja a luz no caminho de cada um. O Secretário de Infraestrutura, **IGOR BEZERRA**,
1515 em nome do Poder Executivo e de toda a equipe de governo, encerra sua participação na audiência
1516 agradecendo primeiramente à população presente, à bancada de vereadores da situação, que não
1517 mede esforços desde a primeira reunião realizada na Prefeitura para articular o projeto, bem como
1518 à bancada de oposição pelas colocações feitas e pela experiência demonstrada. Afirma que todo o
1519 trâmite será recompensado pela sinalização de que o projeto será aprovado na quarta-feira
1520 seguinte. Reforça seus agradecimentos ao vereador Tiago, que naquele momento antecipa seu voto
1521 favorável ao projeto, o que, somado aos votos da bancada da situação, já dá ao projeto um
1522 indicativo positivo de aprovação. Ao concluir, relembra que, assim como alguns presentes que
1523 estão em sua faixa etária, começa a ter entendimento político ao final da década de noventa, e
1524 desde então acompanha a trajetória das gestões municipais. Cita que Rui constrói casas populares;
1525 Dilvan, pai da vereadora Ana Karinne, no início dos anos dois mil, passa dois anos na Prefeitura e
1526 realiza o conjunto Helvécio Praxedes; Bezerra, mesmo com mais de oitenta anos de idade, também
1527 constrói casas populares; Rogério expande o número de unidades habitacionais no município;
1528 Urbano inicia obras na parte superior da cidade, posteriormente concluídas por Alisson. Enfatiza
1529 que, depois de quase dez anos, como já mencionado pelo vice-prefeito Evanildo, a gestão atual

1530 liderada por Acácio e sua equipe começará a tirar pessoas da angústia do aluguel para realizar o
1531 sonho da casa própria. Agradece a todos. O Vice-prefeito **EVANILDO ROSA** pede desculpas por
1532 ultrapassar a pauta e menciona que anota num papel a ideia inicial de iniciar sua fala pela
1533 Constituição Federal, ao destacar que todos são iguais perante a lei, o que, segundo ele, não se
1534 concretiza na prática. Destaca que, naquele mesmo dia, dois de abril, é celebrado o Dia Mundial
1535 da Conscientização sobre o Autismo, e lamenta que, ao invés de estarem ali discutindo políticas
1536 públicas voltadas ao cuidado com crianças autistas — um dos maiores desafios sociais da
1537 atualidade —, estejam debatendo um tema cuja urgência é reflexo da desigualdade estrutural. Em
1538 seguida, acrescenta que também naquele mesmo dia, no ano trinta e três, acontece a Última Ceia
1539 de Jesus com os apóstolos, e logo após Ele segue para o Monte de Sião, onde é preso pelas
1540 autoridades judaicas. O vereador **STENIO GOMES**, em suas considerações finais, agradece ao
1541 público presente, aos empresários, secretários, ao vice-prefeito e a todos os participantes da
1542 audiência. Declara que já convida toda a população de Serra Negra do Norte para comparecer na
1543 próxima quarta-feira, ocasião em que acredita que o projeto das duzentas casas será aprovado em
1544 benefício do povo. Finaliza sua fala com a frase: “Serra Negra do Norte, minha terra, minha amada,
1545 minha flor”. O vereador **ERALDO ALVES**, também em suas considerações finais, agradece a
1546 presença do público, o que, segundo ele, fortalece e encoraja o trabalho dos parlamentares.
1547 Ressalta que a participação democrática e legítima da população engrandece a Câmara Municipal.
1548 Antes de concluir, justifica a ausência do prefeito Acácio, informando que ele cumpre agenda
1549 previamente marcada com o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, para tratar de
1550 assuntos importantes para Serra Negra do Norte, como a Feira do Boné e, especialmente, a pauta
1551 habitacional. Acrescenta que, na semana anterior, o prefeito encaminha pedido de atenção e apoio
1552 político para a construção de casas populares, tanto as que serão financiadas quanto outras em fase
1553 de cadastramento, como as cinquenta unidades em andamento. Agradece aos empresários
1554 presentes, citando nominalmente Sheyla e Joésio, pela compreensão, confiança e reconhecimento
1555 da importância do projeto, inclusive para o setor industrial, ao aliviar o custo da mão de obra e
1556 facilitar o acesso ao trabalho formal para os moradores que sairão do aluguel. Enfatiza que o
1557 prefeito também se preocupa com o Complexo Industrial e, em breve, a Câmara discutirá temas
1558 como a distribuição dos terrenos e outras iniciativas relacionadas. Ao ser interrompido pelo
1559 presidente da Casa, vereador **JAIRO FLAUZINO**, que pede objetividade nas considerações
1560 finais, o vereador **ERALDO ALVES** conclui reafirmando sua gratidão à população e aos
1561 parlamentares, especialmente aos colegas da oposição que já sinalizam voto favorável ao projeto.
1562 Declara que acredita firmemente na aprovação da matéria na próxima semana e agradece a todos
1563 que comparecem, colaboram, compreendem e se manifestam em favor do projeto. O vereador
1564 **FRANCISCO INÁCIO** agradece a cada um dos presentes que tiram um pouco do seu tempo para
1565 participar da audiência pública, bem como àqueles que acompanham pelas redes sociais,
1566 especialmente pelo Instagram. Destaca que, naquele dia, todos aguardavam um sinal a respeito da
1567 aprovação do projeto, e, segundo ele, “como sempre diz: Dai a César o que é de César”, agradece
1568 ao colega vereador Tiago pelo sinal de paz, representado pela sua declaração de voto favorável ao
1569 projeto das casas e ao sonho das famílias. Agradece, não apenas em nome próprio, mas em nome
1570 de todos que participaram da mobilização com receio de perder o sonho da casa própria. Conclui
1571 dizendo que sai feliz da audiência, certo de que, no dia da votação, o sonho da população será
1572 concretizado. Deseja que todos fiquem com Deus. O vereador **JOSÉ DE ARIMATEIA** também
1573 agradece a todos que comparecem à audiência e reafirma sua posição dizendo que, como sempre
1574 afirmou, não é contra as casas. Afirma que, se Deus quiser, o projeto será aprovado, ainda que com
1575 algumas modificações. Reforça que não deve ser visto como inimigo, mas como amigo do povo,
1576 e que mantém diálogo constante com o secretário de infraestrutura Igor, com Joésio e com todos.
1577 Afirma que sempre busca fazer o certo e, se o projeto estiver adequado, seu voto será favorável.
1578 Explica que, embora veja pontos que precisam ser ajustados, isso pode ser feito em conjunto.
1579 Reitera seu compromisso com a aprovação das casas e cita com satisfação a fala de Letícia,
1580 destacando que ela reconhece o excesso de ânimos na sessão anterior e que tal reconhecimento é

1581 algo positivo. Parabeniza Letícia por reconhecer o erro e se diz muito feliz por isso. O vereador
1582 **CARLOS EDUARDO** inicia agradecendo, em nome do vice-prefeito Evanildo, a toda a equipe
1583 da gestão do executivo pela presença, estendendo os agradecimentos também ao povo que
1584 comparece à sessão. Convida todos a retornarem às próximas sessões, destacando que a presença
1585 do público fortalece o trabalho dos parlamentares e ajuda a trazer à pauta os anseios da população.
1586 Reafirma seu compromisso e informa que, nos anos de dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e
1587 quatro, juntamente com sua bancada, esteve presente no gabinete do senador Styvenson, e que, no
1588 dia vinte e um daquele ano, a bancada retornará a Brasília para entregar um novo ofício em nome
1589 do povo de Serra Negra do Norte. Declara que irão solicitar emendas ao senador Styvenson, a
1590 Rogério Marinho e a todos os parlamentares visitados, com o objetivo de viabilizar a construção
1591 de ainda mais casas populares para o município. Agradece a todos e deseja que Deus abençoe. A
1592 vereadora **VANIA FERNANDES** inicia agradecendo à população presente, ao secretário Igor
1593 Bezerra, ao vice-prefeito Evanildo e a todos que contribuíram para a audiência. Destaca que, por
1594 meio dos questionamentos levantados, muitas dúvidas da população foram esclarecidas. Afirma
1595 que cabe aos vereadores a responsabilidade de aprovação de projetos e que é fundamental que o
1596 povo compreenda o conteúdo das matérias em discussão. Enfatiza que é melhor decidir com o
1597 apoio da população, pois é ela quem sente na pele as necessidades reais. Agradece também aos
1598 membros da comissão de infraestrutura, citando que, naquela semana, participou de uma reunião
1599 com o engenheiro, ocasião em que sugeriu o aumento da quantidade de casas. Explica que o novo
1600 terreno passou a comportar duzentas unidades, diferentemente das cento e setenta e duas
1601 inicialmente previstas, e defende que, se já há terreno disponível, é possível ampliar ainda mais,
1602 beneficiando até trezentas famílias. Diz que a proposta foi ouvida por Eraldo, Stenio, Tiago e
1603 Nêgo, e que sua intenção é ampliar a quantidade de moradias para atender a necessidade do povo
1604 de Serra Negra. Finaliza agradecendo novamente. O vereador **JAIRO FLAUZINO**, encerra sua
1605 fala agradecendo a todos, citando especialmente o vice-prefeito Evanildo, a quem diz admirar
1606 profundamente, considerando-o uma pessoa do bem, educada e um verdadeiro companheiro.
1607 Relata que teve maior aproximação com Evanildo durante a campanha eleitoral e que, embora não
1608 tenha votado nele à época, sempre o admirou como homem de bem. Em seguida, dirige-se ao
1609 secretário Igor Bezerra, a quem também elogia, destacando sua trajetória como jovem
1610 empreendedor, iniciada aos onze anos de idade no sítio, criando gado. Sugere que Igor, no futuro,
1611 possa utilizar as redes sociais para inspirar outras crianças e jovens de Serra Negra a empreender.
1612 Agradece também aos demais secretários presentes, mencionando o doutor Felipe, Bernardo e
1613 todos que contribuíram com a audiência, finalizando com votos de bênçãos de Deus sobre a cidade.
1614 A seguir, o Sr. Presidente declarou encerrada a presente sessão às doze horas e cinquenta e cinco
1615 minutos (12h e 55min) e convocou todos os vereadores a se fazerem presentes na próxima sessão
1616 que será realizada dia nove (09) de abril. Câmara Municipal de Vereadores de Serra Negra do
1617 Norte, dois (02) de abril de dois mil e vinte e cinco (2025).